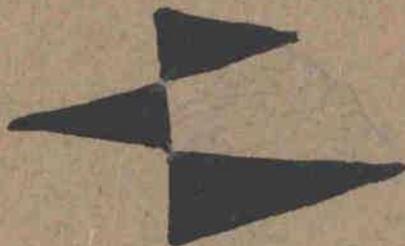


PRESENÇA

I2



Fundação Cuidar o Futuro



JAN. 1956

presença



PUBLICAÇÃO BIMESTRAL DA J.U.C.F.
FILIADA NA PAX ROMANA

SUMÁRIO

Poesia
Eufemismo
O Adolescente no meio familiar
O Direito de Propriedade — o Supérfluo
A Liturgia e nós
A Adolescência e seus problemas
Heresia Económica
A propósito da Bíblia
Patriotismo e Universalismo
Aqueles que vale a pena ler: Gertrude von Le Fort
Página de Antologia
No mundo do Cinema
Joana d'Arc
Notícias de todo o Mundo

SALMO MENOR

Senhor, que olhar é esse?

Remorso, estrela, neve,

Chuva e asu...

Senhor, Senhor,

Que olhar é esse?...

Silêncio, amor,

Uma raiz sem chão,

E mil passos perdidos.

Senhor, que olhar é esse?

Pão,

Infância,

Frescura,

Rumo

E manhã...

Senhor, Senhor,

Que olhar é esse?...

Maria Luísa Guerra

EUFEMISMO

Um mínimo de sensibilidade e formação literária imuniza contra o falso prestígio das flores de retórica, e não permite suportar sem ironia a pseudo-solenidade das belas frases como a ênfase dos discursozinhos de exaltação patriótica.

E no geral sorrimos, sem outro comentário à ingenuidade dos que se aferraram a processos há muito passados de moda.

Mas uma análise menos superficial dos factos mostrar-nos-ia a sua autêntica face que não tem, com certeza, tão inocentes origens.

Aliás o mesmo se verifica no hermetismo procurado por certa literatura dita moderna, uma e outra escondendo mal, sob a forma pretensiosa e enigmática, a pobreza das ideias, a ausência de vida interior, e a falta de coragem, afinal, para revelar-se o homem na verdade íntegra por desfavorável que esta lhe seja.

É assim que, esquecido o sabor acre e sadio dessa verdade que não lisonjeia, cada um, disfarçando-a tanto quanto pode, finge acreditar na mentira viva das suas palavras e dos seus actos.

Os santos, as crianças e os poetas são dos poucos a olhá-la de frente, tranquilos, como as águias ao sol:

«... *A verdade era bela*
Mas doía no peito
Mas doía nos olhos
Dos que davam com ela.»

confessou, no entanto, um de entre eles.

Mas verdade, acima de tudo o mais, e por ela vale a pena a dor.

Verdade toda, lavada de caracterizações ridículas. Aquela que só os grandes humildes sabem reconhecer sem desviar a vista. Como Job, que não escondeu dos amigos o seu corpo em chaga.

Não julgemos, porém, mais sinceras as bandeiras do neo-realismo que estadeiam amor a uma verdade torpe, em ordem a fins mais que suspeitos. O que denunciemos é, pois, qualquer espécie de hipocrisia que apunhala a Verdade, de uma forma ou de outra. Em si própria e nos que têm o direito a possuí-la.

O adolescente no meio familiar



Tornam-se cada vez mais numerosos os casos de desinteligência entre os adolescentes e os adultos no meio familiar. Se por um lado os primeiros se queixam da incompreensão dos pais, por outro lado os segundos lamentam-se das ideias revolucionárias da geração nova.

Na maior parte dos casos o adulto não chega sequer a tomar consciência da gravidade do problema, em parte porque esqueceu ou relegou para um plano secundário as preocupações que o absorviam durante a sua adolescência, em parte porque o homem se torna dia a dia mais complexo e o quadro das suas actividades se tem alargado de tal modo que muitos dos problemas que solicitam o adolescente dos nossos tempos são de facto desconhecidos do adulto. Assim, a preocupação do jovem em afirmar a sua personalidade toma a seus olhos o aspecto de uma quase impertinência; a exposição das suas ideias e das suas concepções provoca-lhe um sorrisinho de troça; o seu desejo de acção afigura-se-lhe uma extravagância ou um desgaste inútil de forças; os seus sonhos legítimos são por ele reduzidos a um acumulado de ilusões «que hão-de passar»; as suas crises morais ou religiosas não se lhe impõem com toda a sua acuidade.

Claro que este estado de coisas só poderá modificar-se quando aqueles que têm a seu cargo a tarefa de educar, nomeadamente os pais, se convencerem de vez que, por um lado o adolescente não é já uma criança e

portanto os métodos educativos empregados com bons resultados junto dos rapazes e raparigas de menos de 12 anos se revelam absolutamente ineficazes quando transferidos para os jovens de 13 a 18 anos, por outro lado os novos métodos a utilizar têm de basear-se num conhecimento profundo das características específicas do período de vida a que convencionou dar-se o nome de adolescência. Ora este esforço a fazer por parte dos pais torna-se tanto mais necessário quanto é certo que é justamente nesta época que o jovem começa a adquirir algumas características que serão definitivas no homem que não tardará a surgir e que depende em grande parte da educação recebida, que nessas características o aspecto positivo predomina sobre o negativo. Se pensarmos que o mundo de amanhã será o que for o adolescente de hoje e que o adolescente de hoje será em grande parte o que os educadores, e especialmente os pais, fizerem dele, avaliaremos toda a responsabilidade daqueles que têm a seu cargo a educação dos jovens.

* * *

Como futuras educadoras, talvez futuras mães, no sentido pleno do termo, debruçemo-nos um pouco sobre os adolescentes com que possamos entrar em contacto, observemos alguns dos aspectos que os caracterizam e procuremos aproveitar o que neles exista de bom e diminuir o que por ventura encontremos de mau.

A necessidade de afirmação do «eu» traz como consequência um desejo de independência e uma reacção de opposição aos meios tradicionais em que a vida do adolescente se desenrola e dos quais a família ocupa o primeiro lugar.

Este anseio de liberdade e esta quase constante atitude de opposição estão na base da maior parte dos conflitos entre os jovens e o mundo dos adultos. Aos pais, especialmente, desagrada este desejo de emancipação do adolescente. Ser-lhes-ia sem dúvida mais grato continuar a sentir sempre os seus filhos numa estreita dependência de si próprios e, por vezes, julgando que só um maior rigor poderá fortalecer os laços que a pouco e pouco ameaçam quebrar-se, redobram de severidade. Mas, depressa são forçados a reconhecer que se enganaram. O jovem fecha-se cada vez mais e aquilo que a princípio não passava de uma ligeira opposição transforma-se numa surda hostilidade.

O adolescente tem de facto direito a grande parte da liberdade que reclama e os pais não devem furar-se ao reconhecimento desse direito. Mais ainda, devem alarmar-se quando tal anseio se não faz sentir no jovem. Isso poderá ser um indicio de que estão perante uma personalidade enfraquecida, perante um daqueles seres que mais tarde o meio social dominará totalmente. Sem renunciarem à sua autoridade, os pais podem conceder uma maior liberdade ao jovem compreendendo que o meio familiar lhe não basta já, devem respeitar a sua personalidade tendo a preocupação de justificar todas as ordens dadas e sobretudo não utilizando, para sofrer o que se passa na alma dos filhos, processos como a leitura da sua correspondência particular ou do seu «diário» íntimo ou certos interrogatórios apertados.

Por volta dos 16 anos a inteligência dos jovens começa a orientar-se no sentido da dialéctica. O adolescente gosta de expor as suas ideias aos outros, de discutir determi-

nados princípios, de raciocinar longamente, a propósito dos mais insignificantes factos ocorridos. É absolutamente errada a atitude de certos pais que começam pura e simplesmente ou por achar desnecessário escutar aquilo a que chamam «teorias» ou por refutar sem razões todas as sugestões apresentadas pelo adolescente. Quanto mais eficiente não será procurar orientar essa aptidão dialéctica para a defesa dos princípios do Bem e da Justiça, tentando embora fornecer-lhes a base real que muitas vezes lhes falta.

Mas, se mais ou menos acentuadamente, este novo rumo seguido pela inteligência é comum a quase todos os adolescentes especialmente do sexo masculino, e isso parece à primeira vista uniformizá-los, bem depressa o desenvolvimento de aptidões diversas em cada um deles nos lembra a necessidade de, embora obedecendo a uns determinados princípios de ordem geral, nos ocuparmos de cada caso em particular. Aos pais cabe um lugar de vigilância na descoberta de vocações, não só das vocações de alcance imediato, isto é, daquelas que poderão concretizar-se na ida ou não ida para a Universidade ou até na preferência dada a um curso sobre outro, mas também da *vocação* num sentido mais elevado, no sentido de chamamento para a vida matrimonial, religiosa ou de celibato voluntário.

No caso do jovem não ir frequentar nenhuma Escola Superior impõe-se o problema da escolha da profissão e então, ao aconselhá-lo, os pais, terão em conta todos os factores filosóficos, morais e intelectuais.

É a propósito de factores intellectuais convém lembrar a necessidade que o adolescente sente de ser amparado e orientado no seu trabalho intellectual. A indicação de um bom livro, um conselho sobre um método de estudo a preferir, a criação de sólidos hábitos de reflexão, e sobretudo a promoção de um ambiente que permita o livre desabrochar das faculdades intellectuais são tarefas da responsabilidade do educador em geral e dos pais em particular.



* * *

É inegável que o adolescente se sente fortemente impellido para a acção. E é igualmente inegável que é em grande parte esse desejo de agir que o arranca a uma vida mesquinha ou medíocre. Reconhecendo-lhe as vantagens os pais não só devem evitar procurar reter o jovem constantemente em casa e asfixiá-lo nos quadros familiares, mas, pelo contrário, a eles compete encorajar as iniciativas de seus filhos orientando-os de modo a que se coloquem ao serviço de um ideal elevado. Essa ânsia de empregar e desenvolver as energias acumuladas explica quase totalmente a atracção que o adolescente sente pelo desporto. Procurando evitar sempre excessos que conduziriam a um prejuízo da saúde, o educador deve na medida do possível estimular as actividades desportivas não como uma finalidade em si mas apresentando-as ao rapaz como um meio de atingir o robustecimento e fortaleza que ele tanto admira no homem feito e à rapariga como necessidade de se preparar mesmo no aspecto fisiológico para a futura maternidade.

* * *

Todos nós sabemos quanto é fácil na maior parte dos casos desviar a atenção das crianças de determinadas preocupaçãozinhas que as possam absorver de momento. Com o adolescente o caso é essencialmente diferente porque a pouco e pouco a sua sensibilidade foi-se intensificando. O adolescente sente tudo em profundidade. Transforma uma observação feita pelos pais à sua conduta numa ofensa à sua dignidade, faz de uma repreensão escolar uma tragédia, atribui por vezes a uma nota má uma gravidade excessiva. Mais uma vez se requer da parte dos educadores, em geral, e dos pais em particular, um grande esforço de compreensão e um desejo vivo de evitar consequências desastrosas que a má interpretação das suas palavras pode ocasionar.

Os pais devem procurar ser escrupulosa-

mente justos nas observações que fazem, nas ordens que dão, nas opiniões que manifestam. Só esta preocupação de Justiça aliada a uma compreensão profunda da verdadeira Caridade poderá evitar que o adolescente se sinta ferido na sua susceptibilidade.

Nas raparigas essa intensificação da sensibilidade degenera muitas vezes num sentimentalismo que os educadores não podendo evitar, podem pelo menos orientar no sentido de uma melhor compreensão da verdadeira generosidade.

Quanto ao perigo que os pais, muitas vezes com razão, vêem nas amizades baseadas na admiração que os jovens contraem por pessoas geralmente mais velhas, professores em muitos casos, ele pode em grande parte evitar-se se os próprios pais souberem, pelo seu exemplo, transformar-se no modelo que os filhos sintam desejo de imitar.

* * *

Também a imaginação toma na adolescência um aspecto particular. O adolescente vive em grande parte de sonhos e, muitas vezes sem base no real, contrói para si uma vida que vive totalmente, amparado apenas pelos recursos da imaginação. Se esta fuga à realidade pode ser perigosa no que respeita à aquisição de uma falsa concepção do amor, ao enfado que dela pode resultar pela vida familiar que surge de repente desprovida de atractivos e até a uma falsa compreensão de certos aspectos da religião, a verdade é que «uma pincelada de cor de rosa» consegue muitas vezes tornar dignas de entusiasmo determinadas tarefas e que do sonho se pode partir muitas vezes para uma realidade melhor.

O papel das boas leituras parece-me então fundamental. Muitas vezes os adolescentes lêem más obras porque são estas que mais facilmente encontram ao seu alcance ou porque aquelas que lhes apresentam em sua substituição não correspondem aos seus interesses. Se os pais procurarem escolher as leituras dos filhos adolescentes atendendo a

essa ânsia do belo e a esse desejo de poesia que os caracteriza, os seus esforços acabarão fatalmente por produzir o fruto necessário.

* * *

Mais do que em qualquer outra época da vida do jovem, devem os pais cuidar da formação moral do adolescente, procurando que não degenerem em hábito certas tendências que então mais inconsciente do que conscientemente começam a despertar e aproveitando os dons incomparáveis que a pouco e pouco se vão manifestando.

Parece-me importante entre muitos outros os aspectos que dizem respeito à formação da consciência do rapaz em relação àquilo que ele deve entender por «virilidade» e ao apelo que então deve ser feito a toda a rapariga no sentido de lhe mostrar claramente em que consiste a verdadeira «feminilidade».

Influenciado muitas vezes por companheiros mais velhos e pouco honestos, outras por leituras feitas ávida e secretamente, outras ainda por películas excitantes ou até gravuras de revistas e cartazes de cinemas o rapaz tende a dar corpo à ideia de que para «ser homem» é necessário «fazer um certo número de coisas». E sem que ele próprio dê por isso acaba muitas vezes por confundir virilidade com vida desregrada. Não falando já das explicações que todo o pai consciente deve fornecer ao jovem no que respeita a modificações que vão operar-se em si próprio atendendo até que, desaparecendo o mistério, não raro desaparece o interesse, compete-lhe ainda chamar a atenção do jovem para a verdadeira virilidade. Ser viril é ser homem em toda a acepção da palavra. Ora o homem é antes de mais uma criatura de Deus e em segundo lugar um ser que se define, em relação à mulher, por uma série de características próprias. Criado por Deus à sua imagem e semelhança, o homem deve assumir perante Ele o compromisso de fazer da sua vida uma exigência constante de pureza; destinado;

na maior parte dos casos a constituir para a mulher um sólido apoio. compete-lhe pensar que uma vida desregrada acaba fatalmente por o desviar desse dever.

O problema do que deve entender-se por «verdadeira feminilidade» põe-se muitas vezes à rapariga. E muitas vezes também são erradas as soluções que para ele encontra. Ou acaba por desprezá-lo como insignificante ou julga-o resolvido quando na realidade apenas o desviou da sua linha primitiva. Às jovens que julgam poder pensar e agir exactamente como os rapazes porque a vida moderna lhes abriu os mesmos campos de acção, devem as mães, especialmente, mostrar que, embora como seres criados por Deus, ambos sejam igualmente chamados para a Santidade, essa Santidade tem de realizar-se nelas por um processo diferente. Há sempre que contar com as diferenças específicas entre os dois sexos pelo simples facto que elas existem no labor intelectual a mulher tem forçosamente de procurar ver as coisas por um ângulo diferente; nos trajes que usa, nas atitudes que toma a rapariga tem de distinguir do rapaz. As jovens que pensam fugir ao masculinismo adoptando os gestos e processo de vestir das estrelas de cinema deve a mãe mostrar que sempre que a mulher pretende desvendar o mistério que nela há, não só se afasta da verdadeira feminilidade perante o próprio homem mas o que é ainda mais grave foge à sua santificação pessoal que lhe é exigida por Deus.

* * *

Porque durante a adolescência o seu espírito de observação se aperfeiçoa, o jovem, não só descobre determinadas faltas nos adultos, mas, dada a natural tendência para a oposição no meio familiar, espreita o momento em que outras mais graves surgirão. Assim, ao ministrarem a educação religiosa aos filhos adolescentes, os pais não devem esquecer que, mais do que os ensinamentos teóricos, interessa o exemplo de vida cristã

que dão aos jovens. Se estes notarem uma inconformidade entre aquilo que ouvem dizer e aquilo que vêem fazer, as verdades ensinadas dificilmente encontrarão eco dentro de si.

Interessa que os pais saibam rodear os filhos de um clima de verdade e confiança, sejam capazes de criar uma atmosfera de caridade autêntica, dêem o verdadeiro valor à prática da virtude e procurem impregnar todos os seus actos de uma profunda espiritualidade.

Mais do que ao pai, é à mãe que compete a criação de tal atmosfera porque além de ser ela que passa no lar a maior parte do seu tempo, é também ela que, dotada de mais intuição que o marido pode compreender melhor o que se passa na alma dos filhos.

A ambos, pai e mãe, compete estudar em conjunto os novos métodos que passarão a empregar na educação religiosa do adolescente, entrando sempre em linha de conta com as modificações sofridas pelo jovem a partir dos 12 ou 13 anos.

Se como já vimos, a necessidade de afirmação do «eu» deve trazer como consequência nos processos educativos uma maior liberdade dada ao rapaz ou à rapariga, essa liberdade deve também ser condicionada no que respeita à formação religiosa.

O jovem deve ser levado pela reflexão embora com o auxílio dos pais, à prática da religião, mas não deve haver da parte destes uma imposição.

No livro «A mãe» o Cardeal Mindszenty afirma:

«O jovem deve viver a liberdade e a atitude senhorial dos filhos de Deus. Tem de estar orgulhoso de ser cristão, não pelo facto

de os pais o serem, mas porque as suas livres convicções assim o querem.»

O desenvolvimento da inteligência durante a adolescência reclama um maior aprofundamento das verdades da Fé. Ao adolescente não bastam os conhecimentos aprendidos no catecismo durante a infância. Cerca dos 16 anos, o jovem entra geralmente em contacto com a Filosofia, e a sua Fé pode sofrer um forte embate se ele não for convenientemente orientado.

Ouçamos o que a este respeito nos diz A. Boyer: «À 17 ou 18 ans l'enseignement religieux deviendra normalement plus intellectuel. Alors c'est de doctrine que le jeune homme a besoin. Il faut, en tout cas, que sa culture religieuse ne soit jamais inférieure à sa culture profane et réponde à toutes les exigences d'un esprit qui approche de sa maturité.»

À intensificação da sensibilidade, deve corresponder da parte dos pais uma preocupação de mostrar a seus filhos em que consiste a verdadeira piedade, sob pena de sem esta nova orientação, a piedade dos jovens se tornar exclusivamente emotiva.

Falou-se já no papel das boas leituras a propósito do novo rumo tomado pela imaginação durante a juventude. Para a formação religiosa do jovem podem concorrer em grande parte o conhecimento de biografias de santos e o contacto com testemunhos de vida de cristãos autênticos.

Finalmente devem os pais fazer ver aos jovens a importância do problema religioso, mostrando-lhes que consoante se comprometam ou não a abraçar a religião cristã a sua atitude de vida terá de ser completamente diferente.

Maria Idalina Pereira



O Direito de Propriedade - o Supérfluo

Lemos no Génesis (I, 25-26) que, após ter criado os animais, disse Deus: «Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, e presida aos peixes do mar e às aves do céu e aos animais selváticos e a toda a terra e a todos os répteis que se movem sobre a terra».

Daqui duas ideias fundamentais:

— O homem criado à imagem de Deus.

— O homem senhor de toda a criação.

Porque criado à imagem de Deus ele tem o dever de ser na terra, dum modo diferente e mais perfeito do que as outras criaturas, a presença vida de Deus. Por outro lado ele tem o direito — porque lhes preside — de se servir dessas mesmas criaturas. Mas não de um modo qualquer, não como se em última análise fosse deles o Senhor absoluto. É que todo o direito é a medida dum dever. E a origem deste direito — de presidir às criaturas da terra — não é mais do que o dever que o homem tem de atingir o seu fim que é Deus.

Assim a própria natureza das coisas — criadas para que o homem se sirva delas — e a natureza racional e livre da pessoa humana surgem-nos como o fundamento metafísico do direito de propriedade.

Para se realizar, o homem tem, primeiro de subsistir, depois de aperfeiçoar-se. Num e noutro caso — subsistências e aperfeiçoamento — ele necessita das coisas criadas. Importa pois saber *como* deve servir-se delas.

A posse colectiva, concepção socialista de propriedade, não parece de acordo com a dignidade humana por não garantir a liberdade e autonomia a que o homem, como

ser racional tem direito e de que a Sociedade, que é ainda um meio posto à sua disposição para o ajudar a realizar-se, não pode privá-lo.

A posse individualista, o *jus fruendi utendi et abutendi* dos romanos e dos liberais, o direito de usar dos bens sem quaisquer restrições no modo de os usar ou na extensão da posse, também não pode ser aceite, por garantir o respeito da própria natureza das coisas, isto é, do seu fim providencial — permitir que *todos* os homens se realizem plenamente.

E surge-nos a concepção cristã, a concepção da Idade Média, de S. Tomás, a concepção das Encíclicas Sociais: a propriedade privada — processo jurídico do conjunto dos homens entrar na posse dos bens que para eles foram criados — é uma exigência da ordem social e da pessoa humana, porque só ele lhe garante a segurança e a liberdade próprias da sua natureza racional.

Toda a ordem económica normal, diz-nos Pio XI, deve assentar no regímen de propriedade privada.

Nós não negamos que a propriedade evoluisse à medida que a própria civilização evoluiu também, e que da posse comum das terras dos primitivos se passou à posse privada do fruto do trabalho e finalmente à posse privada das mesmas terras.

O que negamos é que tal evolução seja o resultado do egoísmo humano como pretendem os evolucionistas, para afirmar antes que ela é uma exigência da paz social e da natureza humana.

Assim o proclamam os ensinamentos dos



Papas e vemos Leão XIII referir-se à propriedade como a justa recompensa do trabalho, e à necessidade de que todos os homens a ele tenham acesso. Pio XI invoca sobretudo o direito natural enquanto Pio XII dum modo particular insiste no aspecto da dignidade da pessoa humana.

Mas se o direito de propriedade em si é absoluto, há que distinguir entre o direito considerado abstractamente e o exercício desse mesmo direito. Porque, uma vez que ele é extensivo a todos os homens, eu não posso usá-lo de maneira a impedir o meu semelhante de usá-lo também, como não posso igualmente desvirtuar a própria natureza das coisas, inpedindo-as de servir todos os homens.

Temos pois que o direito de propriedade que de si é individual, tem de atender a um aspecto social.

Deste aspecto da função social de propriedade se segue, consequentemente, a limitação do direito de propriedade. Porque, quando os dois fins — individual e social — entram em conflito, este não pode ser sacrificado àquele.

As limitações do direito de propriedade derivam pois das exigências do bem comum e neste caso podem e devem ser impostas coactivamente pelo Estado sempre que os particulares descurem a realização desse mesmo bem, e do destino essencial das coisas. E, por isso é que, em caso de extrema necessidade, tudo pode ser comum.

Põe-se-nos, portanto, o problema da legitimidade do supérfluo. Qual o direito do indivíduo sobre aquilo que lhe não é necessário para manter um nível de vida de acordo com o seu meio?

Se o título da propriedade é a possibilidade de satisfazer livremente as necessidades da vida, de aperfeiçoamento e de previdência, somos levados a uma conclusão lógica — o indivíduo não tem sobre o supérfluo um direito absoluto de propriedade.

E se a sua posse pode — ainda em razão das exigências da paz social — ser individual, o seu uso tem, necessariamente, de ser so-

cial, quer empregando-se em obras de maior eficiência, quer na criação de novas empresas, indústrias, etc.

Tal é a doutrina de S. Tomás que os Papas nos últimos anos não se cansam de repetir.

Na Encíclica «*Quod Apostolici Muneris*» diz Leão XIII: «Mas entretanto a Igreja... impõe como rigoroso dever aos ricos dar o supérfluo aos pobres, e ameaça-os com o juízo de Deus que os condenará aos suplícios eternos se não acudirem às necessidades dos indigentes».

Mais ainda. Diz S. Tomás que o direito de propriedade é social no seu uso e na sua origem, quer isto dizer, que não é directamente natural, mas natural deduzido, ou seja, natural enquanto acompanha o direito natural que é a vida em sociedade.

Em semelhante matéria, não basta que saibamos o que a Igreja diz. É necessário que o vivamos. Porque também para nós, para cada uma de nós, o problema do supérfluo se levanta. Vendo à nossa volta tantos homens sem ter de comer, nem vestir, nem casa para se abrigar (e não nos iludamos pôr que esse facto condicionam grandemente a possibilidade de o homem se voltar para Deus — não podemos fazer cristãos onde não há sequer homens —) teremos nós o direito de gastar, em coisas inúteis, o que para outros poderia representar o essencial?

Recordemos a palavra de S. Tiago: «Vamos pois, ó ricos, chorai, soltai gritos por causa das misérias que virão sobre vós. As vossas riquezas apodrecem, e os vossos vestidos foram comidos da traça. O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se, e a sua ferrugem dará testemunho contra vós, e devorará as vossas carnes como um fogo. Juntastes para um tesouro de ira para os últimos dias».

Ricos não são os que possuem muito, ricos são todos os que possuem mal, os que põem nos bens da terra a razão de ser da sua existência.

Maria Susana Gaspar de Almeida

A LITURGIA E NÓS

«Há na liturgia alguma coisa que faz pensar nas estrelas, na eternidade igual do curso delas, na ordem imutável, no silêncio profundo e na sua infinita distância.»

—//—

Porque na liturgia a atitude fundamental é de contemplação, ela se nos torna tão difícil por termos perdido a noção do seu valor e só apreciarmos os valores da acção.

—//—

Porque a oração litúrgica se absorve na adoração e glorificação desinteressadas de Deus, não a compreendemos porque o plano da nossa oração habitual não ultrapassa «o-da-oração-perdido».

—//—

Porque a oração litúrgica exige que nos dissolvamos na comunidade-Igreja, porque nos pede que actuemos no teatro litúrgico, nunca a chegamos a compreender por dentro porque não passamos de observadores passivos.

—//—

Porque não percebemos que a atitude litúrgica nasce de uma atitude de vida, de fé simples que se exprime na oferta a Deus do nosso mistério, queremos apenas a renovação da liturgia só ou principalmente pelos sinais exteriores — a decoração das Igrejas, os cânticos.

—//—

Porque não vivemos a missão sacerdotal da Igreja, podemos querer, por vezes, restaurar a liturgia à margem da Igreja, ao sabor das espiritualidades ou dos gostos particulares.

—//—

Só quando o nosso espírito estiver formado na clareza das virtudes cristãs, será possível a encarnação dos nossos sentimentos em actos litúrgicos perfeitos; só então brotarão do nosso interior formas dignas de Deus. As Igrejas poderão ser mais belas, mais verdadeiras; os cânticos outros — pois que a beleza é necessária à contemplação — seremos exigentes, afastando da vida a opulência e a ostentação, para estarmos aptos a sentir a magnificência devida à casa de Deus, aos paramentos, aos objectos do culto.

A Renovação litúrgica ficará completa, quando soubermos que o altar é o centro da piedade cristã; que Cristo é o Mediador único entre Deus e os homens, Cristo presente em todos os actos litúrgicos, cabeça do Corpo Místico.

É através da liturgia que entendemos Cristo em Majestade que o homem do tempo presente ignora, porque teima em percebê-lo apenas cientificamente em todos os pormenores dos seus passos na terra.

Mas, se o homem moderno tem dificuldade de viver a liturgia católica, é por não ser suficientemente moderno. É por não ter compreendido a necessidade da expressão poética da alma humana em todas as ocasiões da vida; a necessidade de se unir, de mergulhar na comunidade; de sentir a presença dos seus irmãos num mesmo impulso; de a sua voz sincera os encontrar no mesmo som, nos mesmos gestos. E estas aspirações profundamente modernas, de jovens de hoje, surgem-nos naturalmente de uma vivência dos princípios que dão alma à liturgia.

Buscando na oração da Igreja o reino de Deus, o resto nos será dado por acréscimo; acréscimo de paz, de saúde sobrenatural que trazemos para a vida do dia a dia, ainda com a certeza de que para além da oração litúrgica podemos continuar unidos a Deus.

O modo de viver a liturgia, pela parte do povo cristão atravessou no passado um profundo período de decadência. Como largos sectores de fiéis atravessaram dramáticas crises de fé, a liturgia ressentiu-se delas. Por isso é que a Igreja combate penosamente todas as formas de piedade egoísta.

Pelo esforço de pequenas comunidades novas, cheias de vida, ela está, cada vez mais, conseguindo restaurar aquela seiva de renovação espiritual que durante alguns séculos faltou a tão grande parte dos católicos.

Este é o caminho que devemos percorrer: contribuir para o esforço de Renovação Litúrgica e colaborar na renovação da genuína vida cristã.

R. C. O.

A Adolescência e seus problemas



Há dias, vieram ter comigo duas adolescentes: 3.º ano do Liceu, 12-13 anos, gestos desconcertados, fatos curtos. Aquilo a que, na nossa linguagem de pessoas crescidas, nós chamamos «miúdas».

Uma falou de férias, com um estranho comedimento na voz, dizendo que tinha tido tempo para pensar, para se analisar. Parecia uma rapariga crescida, se esse mesmo comedimento não fosse desmentido pela inquietação dos olhos, pelo ardente reflexo duma vida concentrada em si mesma; outra, não conseguia estar quieta. Tinha respostas bruscas, um certo ar de violência e franqueza «à rapaz» com quem desejava, acima de tudo, parecer-se.

Pareciam «miúdas», mas não eram. Há tão pouco tempo as vira quietas e de reacções infantis, que quase me desconcertou esta mudança brusca das férias. Quase me irritou.

E depois, com a lentidão com que nós — infelizmente, pessoas crescidas, — vemos as coisas, eu compreendi, por alegoria, a alma dessas garotas que tentavam obscuramente afirmar-se.

Como a semente lançada à terra que primeiro dorme, e depois, lenta ou bruscamente começa a despertar e se enche de humidade e cresce, e ninguém sabe se dela irá surgir um caule doirado de trigo ou a flor maravilhosa dum cardo, assim nelas tudo se desenvolvia, tudo crescia desmedidamente. E era preciso amá-las, não pelos gestos bruscos a traduzir a necessidade de afeição, nem pelos ares comedidos de quem busca afirmar-se, mas pelas potencialidades em ordem ao futuro que estavam nelas germinando. Era preciso amá-las daquela forma paciente, humilde, abnegada, que pressupõe o amor de Deus.

Por isso é que eu não posso falar dos adolescentes, em teoria. Nem como quadro esquemático de vida. Nem como casos tipos que se analisam friamente. Por isso, porque tenho diante dos olhos essas duas, ou essas centenas de adolescentes que, por graça de Deus, encontrei no meu caminho. Mas já que são necessários esquemas...

* * *

Há um traço comum que marca e domina todas as características do adolescente: a *instabilidade*. Por volta dos 12-15 anos, a rapariga sofre modificações orgânicas profundas. O desenvolvimento físico, o desenvolvimento das funções sexuais vão arrastar consigo grandes mutações psicológicas. Mudanças que dependem menos de actos voluntários do que do próprio desenvolvimento fisiológico. E todo o equilíbrio nervoso da adolescente ficará comprometido.

A adolescente *aspira* a ser grande. Sente que cresce, duma forma para ela obscura, mas cuja necessidade de se afirmar será consequência. Numa turma do 2.º ano do Liceu, verifiquei esta aspiração de se parecer com as mais velhas no ar de cumplicidade maliciosa com que eram comentadas «as que traziam meias de vidro» e como toda a turma, por «partida», resolvia calçar meias de vidro no Carnaval.

O desenvolvimento da adolescente traz-lhe a sede viva de conhecer, sobretudo de conhecer a *vida* e não o mistério das origens da vida mas a vida que a cerca. A mínima referência dos mais velhos a assuntos que ela ignora vai levantar-lhe no espírito uma série de problemas a que os adultos nem sempre respondem. Esta necessidade de falar em assuntos proibidos, conduz a um falso

conhecimento — procurando em livros, dicionários, junto de companheiras mais «sabidas», etc., etc., — que pode trazer um sofrimento de consciência terrível e uma deformada visão da existência que as marcará, talvez, a vida inteira.

Recordo a angústia duma rapariga já de 17 anos que encontrei um dia, numa autêntica tragédia moral porque alguém censurara que ela acompanhasse determinada colega. Para ela, essa censura implicava — julgamento moral gravíssimo, que à pessoa adulta não passaria nunca pela cabeça formular. No entanto, se a rapariga o interpretava assim, não era, de forma alguma, porque fosse desequilibrada. Nessa altura, felizmente, recordei uma confidência que ela me havia anteriormente feito: tudo quanto sabia dos problemas da vida, tinha-lhe sido ensinado pelas companheiras do Liceu. E ela própria concluía que «tinha muitas confusões na cabeça». Só havia uma coisa a fazer: com toda a delicadeza possível, esclarecer, pacificar. Assim tentei e as lágrimas acabaram. Mas creio que a marca deixada na alma por tantos anos de noções deformadas, não se apagará assim tão ligeiramente...

Lembro, ainda, como encontrei um dia uma turma alvoroçada pelo estudo da reprodução, que o programa de ciências incluía. E como verifiquei que, para além do falso pudor com que as rapariguinhas ocultavam esses factos aos mais velhos, na turma reinava uma atmosfera de confusão, de malícia, de falta de esclarecimento terríveis. Uma dessas adolescentes, escrevia a «alguém», dizendo a sua inquietação: «Sabe o que é? É a impureza. As raparigas da minha idade são parvas! Fazem-se mais velhas e entram na vida cedo de mais, encarando-a duma maneira escura... Eu quero continuar uma criança pura, sem ver tudo feio. Mas tenho medo, tenho muito medo de sair do caminho direito».

Estou a ver o problema somente no meio liceal que conheço melhor, sem dúvida. Mas não posso esquecer os meios pobres, onde as

crianças são atiradas brutalmente para a vida, onde a promiscuidade, a falta de conhecimento e de princípios morais as levam a uma situação gravíssima de que muitas não têm sequer consciência... Lembro tantos, tantos casos, cada um é como uma nova dor...

Claro que a necessidade de ser esclarecida sobre os problemas de iniciação da vida é um dos pontos mais sérios a focar junto das adolescentes. *Mas não é, por forma alguma, todo o problema da adolescência.*

Toda esta vida que desperta, na ordem do desenvolvimento fisiológico, traz uma enorme fadiga. A adolescente é capaz de se manter num grande clima de exaltação, mas só por pouco tempo. Os jogos muito movimentados, cansam-na. Também o seu espírito não é receptivo, senão num curto lapso de tempo. E, nota de valor pedagógico muito grande, o seu espírito só assimila *uma ideia*, de cada vez. Daí, a necessidade de tornar as aulas, reuniões, etc, variadas, para as não fatigar. Mas, simultaneamente, cumpre não lhes inculir uma grande soma de ideias. Todas estas características trazem as dificuldades da escola.

A adolescente gosta de mudar. Não acaba um trabalho começado. Hoje, quer isto; amanhã, aquilo. E, neste agravante caos de espírito, ela *procura-se*, acima de tudo. Desta mudança de afeições, opiniões, etc. resulta, em grande parte, o desencontro com os mais velhos. Sem dúvida que é extremamente difícil lidar com espíritos que, a todo o momento, desconcertam... Mas, acima de tudo, a adolescente busca a sua *própria vida*. Daí o gosto de se analisar, os momentos de sonho, de devaneio. Nas férias, gostará de olhar o mar, quieta, aparentemente mergulhada numa contemplação interior, na realidade, mergulhada num *mundo só seu*, em que o exterior não participa.

* * *

Na ordem sentimental, a rapariga sofre, sem dúvida, o desenvolvimento das suas ca-



racterísticas femininas. Tem uma enorme necessidade de amar e de ser amada. Concentra a sua afeição numa companheira, numa professora, numa amiga mais velha. Estas afeições são violentas, mas passageiras. Todo o trabalho da educadora consistirá em pôr equilíbrio numa amizade que anseia ser exclusiva, única, absorvente; e em fazer compreender à adolescente o que é este dom divino da verdadeira amizade... Isto não se fará sem crises dolorosas e profundas. Mas não podemos tentar evitar todo o sofrimento às adolescentes, sob pena de lhes dar, da mesma forma, uma reacção errada perante a vida. É preciso que a adolescente aprenda a ser generosa, a «querer mais dar que receber» a esperar, embora com o coração secretamente alvoroçado, a hora grande do Amor — divino ou humano, — que a irá cumular. Até lá, é preciso ensinar-lhes a não se deixar embriagar pela emoção passageira e sentimental das suas afeições, pelo atractivo do sexo oposto que a levará a uma falta de simplicidade para com os rapazes e a deixar-se jogar ao amor, com uma facilidade extrema, enquanto a adolescente não encontrar a satisfação desta imperiosa necessidade afectiva, é preciso ensinar os momentos de desânimo, que levam por vezes a atitudes pessimistas, a um horror à vida que poderá conduzir à ideia do suicídio.

É preciso ensinar à adolescente os longos caminhos da Esperança...

* * *

A procura da afeição duma pessoa mais velha, exprime, na adolescente, um desejo de *ideal*. Porque para a adolescente (e para quase todos nós!), o ideal só se compreende, verdadeiramente, quando *encarnado*, isto é palpável, objectivo. Daí, a necessidade de quem lida com adolescentes distinguir, na sua afeição, este desejo e libertar o *ideal* das nossas pobres restrições pessoais... Daí, também, a sua responsabilidade.

Porém, para as pessoas mais velhas, a adolescente é considerada criança e isto cho-

ca-a. Então, encerra-se em si mesma e sofre uma crise de independência profunda. O seu maior desejo é ser *livre*. Dizia-me uma adolescente: «*Em casa, dão-me uma liberdade vigiada, mas ao menos tenho a ilusão de ser livre*». E acrescentava: «*queria poder não acreditar em Deus, para não depender de ninguém e para que ninguém dependesse de mim*».

Ser livre, estar só, dois polos magnéticos no espírito da adolescência. Em breve, tornar-se-á egoísta, individualista. Ao mesmo tempo, sofre com a descoberta do *mal* que, nesta altura, faz, em todas as suas proporções e todos os seus aspectos. Acentua-se a revolta perante o meio e o desejo de reconstruir o mundo por si própria.

Destas características apresentadas, umas são boas, outras más, outras... desconcertantes. E cada um tem de esquecer depressa a sua adolescência, como um período amargo. Mais tarde, virá a hora de evocar as coisas boas. Porque a adolescência, na sua fragilidade, na sua inconstância, tem qualquer coisa de génio. É a idade dos grandes sonhos, dos grandes problemas, das grandes descobertas. Sem dúvida, a vida quotidiana quase nunca os corrobora; mas, quem lida com adolescentes, também deve viver de Esperança (da Esperança, virtude teológica) e, humanamente, em ordem ao futuro. É a idade, em que se descobre, deslumbrada, a natureza; em que se discute um pôr-de-sol, em que se escreve, no Inverno, esta página linda: «Sabe, agora está tudo desolado. Mas, em frente da minha janela, há uma florita amarela. Quero fazer assim: descobrir nas pessoas e nas coisas, que me cercam, a florita amarela, em que ninguém repara».

É a idade em que Deus e a Vida fazem sentir o seu apelo. Podem as quedas da carne ser grandes, que a voz misteriosa lá está. E, se o problema da vocação, tal como é vulgarmente considerado, só mais tarde se resolve, o problema da orientação a dar à

(Continua na pág. 35)

Heresia Económica

«A MULHER QUE CASA E NÃO EXERCE UMA PROFISSÃO»

1 — ENUNCIACÃO DO PROBLEMA

É facto observado na experiência corrente e que os dados estatísticos comprovam que nos últimos anos se tem desenvolvido um movimento de acesso das mulheres às profissões remuneradas.

Mais se tem verificado! Nas estruturas sociológicas de todos os países, há uma percentagem relevante de mulheres casadas que exercem uma profissão.

Ora este facto levanta problemas de alguma gravidade. Indiquemos alguns deles: É a profissão e, consequentemente, o absentismo prolongado das mulheres do próprio lar, compatível com uma sólida estruturação familiar?

É a presença física da mãe indispensável ao são e moral desenvolvimento dos filhos?

E o rendimento profissional não fica diminuído pelo facto da mulher casada ter necessariamente um centro de interesses de certo modo oposto à profissão?

E não ficará frustrada a própria realização pessoal de mulher, obrigada a uma tensão psicológica permanente superior à normal, a um constante equilíbrio entre as exigências impostas pela profissão e aquelas que a vida matrimonial reclama?¹

As interrogações feitas poder-se-iam multiplicar, pois além de outros aspectos que podem descortinar-se, cada um destes aqui aflorados pode subdividir-se em questões de mais pormenor mas de não menos interesse. Por exemplo, quando falamos da estruturação familiar devemos distinguir o sentido dinâmico desta «estruturação».

A família é uma comunidade em evolução, quer porque deve multiplicar-se em número, quer porque deve progredir normalmente em consequência de uma mais perfeita realização de cada um. Ora este equilíbrio dinâmico exige uma renovação constante de esforços, uma iniciativa vigilante que impulsiona à máxima perfeição. Estará a mulher casada, com uma profissão que a retém fora de casa o dia inteiro, nas condições necessárias para esta função que é corolário lógico da maternidade física?

Algumas reflexões sobre as interrogações postas atrás, parecem não deixar dúvidas acerca da impossibilidade de a mulher casada com uma profissão satisfazer completamente as responsabilidades que resultam do casamento e da profissão. Mais uma etapa no raciocínio e ficaria demonstrado que não é indiferente a opção, ou melhor, que não há opção a fazer. Ela ficou feita

¹ Não discutimos aqui se a profissão corresponde à realização da mulher independentemente da sua vocação matrimonial ou celibatária; ou o problema, de certo modo análogo, das profissões que

podem considerar-se como devendo ser exercidas por mulheres. No texto, deixam-se tais problemas na sombra. Discute-se a situação geral da mulher que casa e tem uma actividade profissional.

quando da decisão entre o casamento e o celibato; a profissão enquadra-se e toma tonalidades diferentes num e noutro caso. De qualquer modo, sempre equacionada com valores mais altos que entram em jogo naquela escolha.

2 — A TESE MARXISTA

Todavia o problema só é claro, se temos em mente alguns princípios quanto à vocação da mulher, à grandeza do matrimónio, à realização de toda a criatura livre segundo os planos de Deus².

Em outra filosofia as questões anteriormente expostas, que consideramos como fulcras, não passam de fantasias académicas destituídas de interesse.

A tese comunista e todas as materialistas conduzem precisamente a essa conclusão.

Passamos a expô-la, por dois motivos: primeiro, porque vale sempre a pena salientar o erro e refutá-lo; segundo, porque embora entre nós se não professe normalmente ideias materialista, nem sempre as eliminamos das atitudes da vida corrente.

Ora, com o assunto que estamos referindo passa-se precisamente o mesmo. Perfluindo embora elevadas concepções acerca da família, da vocação, etc., nem sempre há o equilíbrio bastante para reagir à sedução da pseudo-independência, do luxo ou do dinheiro com que vem mascarado o exercício da profissão remunerada. A comprová-lo não precisamos sair do âmbito dos nossos conhecimentos. Quantas universitárias casadas e profissionais? (Excluimos — é evidente — desta censura aquelas que a isso são obrigadas por absoluta necessidade material).

Parece pois que vale a pena deter-nos sobre a tese comunista e sua refutação.

² Porque não é nosso objectivo explorar cada um destes pontos, remetemos para: «La Vocation de la Femme» in Anneau d'Or; «La Femme Eternelle» — Gertrud von Le Fort; «Os Problemas Femininos serão uma realidade?» in Presença, n.º 8.

Em 1947, nos cadernos de Union des Femmes Françaises (U. F. F.) (4) podia ler-se: «Le travail des femmes est plus indispensable à la société qu'à elles mêmes et à leur famille. Le retour ou plus exactement le maintien de la femme au foyer aurait pour résultat l'appauvrissement du pays qui serait privé de son travail dans de nombreuses industries aussi bien qu'à la campagne, et le recul social de plusieurs siècles».

A tese aqui transcrita permite salientar uma premissa: a mulher, independentemente de todas e quaisquer considerações deve concorrer para a produção. Por outras palavras: «a mulher deve em primeiro lugar contribuir para a produção», como conclui Lestapis das afirmações da U. F. F. Determina-o o possível empobrecimento do país. Ora o progresso material é a aspiração máxima dos filósofos materialistas. «Se nada existe para além da matéria»...

Claro que o materialismo não pode negar que haja casamentos e prole e que esta exija cuidados próprios. Mas resolve o problema com a facilidade extrema de quem sabe que as ordens não serão discutidas. O Estado chama a si a função de auxiliar as mães no cuidado a prestar aos filhos, criando uma vasta rede social com esse-objectivo. É ainda duma publicação da U. F. F. que destacamos esta passagem:

«O marxismo fará de todas as mulheres que o desejem mães satisfeitas nas suas justas reivindicações a respeito da saúde, da instrução e da educação dos seus filhos. *Estes serão cuidados por uma rede social de creches, jardins de infância, dirigidos por pessoas qualificadas.*»

Restaria provar se o equipamento social por mais perfeito que seja, substitui sem desvantagem os cuidados maternos. As conclusões a que chegam os estudiosos de Psicologia infantil permitem inferir que não.

Aquela solução integra-se aliás facilmente no esquema marxista global. O Estado é que tem o dever (e o direito) de cuidar da educação, pois que todos os cidadãos estão ao serviço do Estado.



Cada homem não tem valor de pessoa com seu destino próprio; mas tão somente o de elemento da comunidade a que pertence, a qual é a realidade máxima a que cabe hierarquizar todos os aspectos, inclusivé o próprio homem no que ele tem de pessoal.

3—A HERESIA ECONÓMICA

A tese marxista a respeito de profissão da mulher e a sua conciliação na vida matrimonial enferma da inconsistência dos princípios, decorre, como atrás dissemos, dos axiomas cuja validade é insustentável. Refutá-los-íamos, refutando alguns dos princípios de filosofia marxistas. Deixamos a sugestão a quem o desejar. Nesta atitude, preferimos seguir um caminho diferente, vamos admitir estarem certas as premissas sobre que se apoia aquela tese e provar que, mesmo assim a tese é inconsistente com a realidade.

O objectivo do trabalho das mulheres é o aumento de produção, que o mesmo é dizer, o acréscimo de riqueza. Ora, revela imponderação esquecer que a mulher dentro do próprio lar exerce uma actividade, se não produtora de bens directos, pelo menos de bens indirectos.

É assim que deve entender-se a preparação dos alimentos, do vestuário, a administração da casa, o cuidado com as crianças. Não faltam cálculos aproximados, de quanto equivale o trabalho de uma dona de casa em termos de rendimento nacional. Se as estatísticas não incluem o valor do rendimento produzido pelas donas de casa em seus trabalhos habituais dentro do lar é mais por dificuldades na sua avaliação prática, do que por insignificância do ponto de vista económico.

Não se compreende portanto porque hão-de ir as mulheres casadas trabalhar em fábricas ou repartições públicas, quando o trabalho da sua comunidade familiar tem afinal de vir a ser feito por terceiros (estes também funcionários por sua vez).

Outra razão prova a insuficiência do sistema.

É sabido da teoria económica que o successivo aumento no volume da produção não é o problema que deve ser encarado com vista ao equilíbrio e ao funcionamento do sistema económico. São tais as interdependências, que entre as variáveis do sistema económico se estabelecem, que difícil é considerá-las isoladamente. A própria produção está condicionada pelo consumo; portanto, a riqueza do país está dependente do seu gasto. Ora a maior parte dos gastos é feito pelas donas de casa. São estas que na maioria das vezes distribuem o réditó entre as várias rubricas dos seus orçamentos — alimentação, vestuário, renda da casa, aquecimento, jornais, divertimentos, etc.

Também não é indiferente a maneira porque o rendimento se reparte pelos vários gastos. Há despesas que são desejáveis do ponto de vista económico e outras que o não são, há réditó que se deve gastar e réditó que deve antes ser poupado para investir. Quer dizer há também uma gama de aspectos inerentes a um bom aproveitamento do réditó para consumo — orientação do consumo, cuja influência no aumento da riqueza de um país pode suplantar largamente o acréscimo de produção proveniente do trabalho das mulheres casadas.

Em conclusão: se os encargos com os trabalhos domésticos e com a criação dos filhos dificilmente são cobertos com a produtividade da mulher casada nas suas profissões; se o consumo é uma variável de riqueza nacional de larga influência, que fica prejudicado pela ausência da mulher do seu lar, conclui-se que a tese marxista, que pretende ser uma apologia de riqueza, é uma heresia económica.

4—ASPECTOS DA VERDADE

Há contudo alguma verdade naquela tese. A verdade escondida é a de que a mulher não deve deixar de contribuir para o bem-

-estar da comunidade. Não diremos, à maneira dos materialistas, só para o bem-estar económico, mas para o bem-estar social. É evidente que, na medida em que a sua família se estiver realizando plenamente, a comunidade ganhará com isso. Pode, porém, suceder que a par do normal desenvolvimento da própria família, seja possível (e sem que aquela fique diminuído, mas talvez até enriquecido) que a mulher casada concorra decididamente para a resolução dos problemas da ordem social e se assim suceder, deve fazê-lo.

Se uma actividade com carácter permanente é quase necessariamente incompatível com a vida da mulher casada necessária ao lar, não o é a actuação esporádica, ou mesmo com certo carácter de continuidade, desde que não seja absorvente. Acresce a isto que há certas questões na vida social a que só a mulher, e uma mulher com experiência da vida matrimonial, pode dar solução. Serão estas que em primeiro lugar deverão ser atendidas. A sua existência é uma justificação de que a mulher casada — algumas, pelo menos, não devem confinar-se apenas ao «entretien» da sua própria família.

5 — OS UNIVERSITÁRIOS E A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

Perante a situação presente parece que um apelo se deve dirigir aos intelectuais e em especial aos católicos já que para estes o problema não só tem interesse para a ordem social actual, mas também repercussão na vida eterna.

Será um apelo de duplo sentido; um, em ordem à renovação da mentalidade errada; outro, em ordem às reformas de estruturas.

Torna-se indispensável que as elites cristãs (e nelas se encontram as universitárias) se empenhem em repensar a missão da mu-

lher na ordem social. E não somente as elites femininas, mas também as elites masculinas. Da compreensão perfeita da vocação da mulher, do seu papel na ordem social se pode esperar a resolução de alguns conflitos actualmente existentes e que não são senão o resultado de uma imprecisa delimitação de funções.

A par da reforma de mentalidade, indispensável, a reforma das instituições que conduzem ao pleno desempenho da missão maternal de mulher. Parece-nos importante sublinhar alguns pontos:

— Sistema de abono de família que verdadeiramente corresponda ao aumento dos encargos familiares.

— Horários de trabalho de mulheres, adaptados às suas necessidades específicas.

— Definição daquelas profissões que cabe à mulher realizar (aliás este ponto, como o anterior não são específicos das mulheres casadas).

— Desenvolvimento do equipamento social que facilite o trabalho das donas de casa (facilidades de aquisição dos utensílios domésticos que a técnica proporciona; desenvolvimento dos serviços de «Auxiliares do serviço familiar» etc.)

— Possibilidade de as mulheres casadas, que já têm completada a educação dos filhos, iniciarem ou retomarem uma actividade profissional.

E com estes pontos, escolhidos entre tantos que reclamam o estudo e a atenção das camadas dirigentes e, em particular, das mulheres que pelo saber e a influência do diploma, possam contribuir para a sua resolução, concluimos estes apontamentos. Que eles sirvam para agitar o problema, orientar um pouco a sua discussão, levar à formulação duma ideia pessoal acertada, deixar a preocupação de alguns contributos para a sua resolução.

Maria Manuela Silva



A PROPÓSITO DA BÍBLIA

Para terminar estas notas introdutórias a uma leitura mais séria e esclarecida da Bíblia, resta falar dos *gêneros literários* empregados e do *significado dos factos*.

Já foi notada a alta importância do coeficiente humano na transmissão da mensagem de Deus, isto é, da personalidade do escritor (fruto duma tradição e duma época) enquanto instrumento de comunicação.

A graça e a inspiração não destroem o quadro psíquico do autor com todas as suas forças e potencialidades, mas antes o *utilizam* e respeitam, naquilo que tem de recto.

Por isso, a mensagem do Senhor, embora voz do espírito, embora comunicação duma vida que transcende e quebra todos os limites, acaba por ganhar expressão humana tangível e por se inserir no tempo e na história.

O escritor sagrado é o crivo por onde passa a mensagem, crivo consciente e crivo que marca, sem no entanto lesar aquela universalidade e aquela actualidade que tornam a palavra de Deus permanentemente viva e constantemente jovem.

E é assim que vamos encontrar, profunda e estruturalmente documentados na Bíblia, os gêneros literários do Oriente, em especial o *midrash*, uma espécie de apólogo em que a verdade objectiva dos factos cede o lugar a um profundo e transcendente significado interior.

Este quadro dos gêneros literários desdobra-se ainda em várias cambiantes e assim

vamos encontrar o *gênero histórico estricto*, o *histórico análogo*, *narrativa edificante ou de exortação* (ex. Judite, Tobias, Jonas), o *gênero didáctico* que compreende ainda o *gênero lírico* e o *sapiencial*. Pode também dizer-se que se encontra o *gênero profético*, com o aspecto muito curioso dos apocalipses (inspirados) e o *gênero legalista*, em que se expoem as leis e as normas sociais.

Importa talvez agora clarificar um pouco aquilo que se deve entender por *gênero histórico da Bíblia*.

Este gênero não pode apreciar-se segundo a moderna concepção de História ou mesmo até, segundo a que os gregos tiveram.

A narrativa histórica dos gregos supõe um padrão, corresponde à narração de sucesos que eu vi ou que alguém por mim presenciou. Pode estabelecer-se uma equação entre o que realmente se passou e o que está escrito, tentar transposições, comparações e sínteses.

Mas este caminho torna-se impossível, no caso por exemplo, do relato da criação. E no entanto esse relato contém objectividade. Como prová-lo então?

Essa é uma tarefa que os exegetas vêm tentando, socorrendo-se quer de subsídios arqueológicos e históricos, quer de outros. Assim vão debruçar-se sobre o *aspecto literário* do texto — palavras usadas, alegorias, metáforas — sobre o *científico*, (consultando o que tem a Ciência a dizer sobre a origem da matéria e da vida) — sobre o *histórico*

interrogando a pré-história) — sobre o *religioso* (buscando dados no politeísmo). E assim se vai apanhando um *substractum* de legitimidade. Atentemos agora no aspecto formal.

Quanto à composição, o autor sagrado escreve ao gosto da sua época. Relata numa linguagem simples e figurada (adaptada à inteligência ainda incipiente da humanidade) as Verdades fundamentais.

Estes primeiros capítulos que temos focado (porventura os mais discutidos) contêm pois uma narrativa que não se enquadra no género histórico propriamente dito mas num género histórico *análogo*, um género que não se baseia no testemunho nem na ficção mas se afirma como narrativa real que teria de vir a ser «decantada» para ser apreendida.

Esta narrativa ganha toda a sua força de eficiência e verdade na Providência Divina que velou pela sua conservação e transmissão.

Ligado ainda ao problema da expressão formal temos outro problema — o da interpretação do texto.

Em síntese e para não alongar, diremos que há sobretudo duas atitudes a assumir.

Uma negativa, que consiste em evitar a historização de todos os fenómenos e os concordismos apressados.

Outra positiva, que consiste na valorização do texto com passos paralelos e com a Revelação posterior.

Temos ainda a considerar a *sentido pleno* e o *sentido literal*.

Sentido pleno é o desenvolvimento do sen-

tido literal. Desenvolvimento, explicitação e não acrescentamento como alguns pretendem. É a compreensão cada vez mais rica do texto sagrado, compreensão que o Espírito Santo assiste e permite, para melhor se possuir a riqueza insondável do mistério de Deus.

II — O significado dos factos

A Bíblia é essencialmente uma história, a grande História. Os acontecimentos que narra não são da ordem dos mitos exemplares mas factos reais que comprometeram o homem para sempre.

Nas suas páginas passa essencialmente a história de Deus enquanto actuando no mundo e a história do homem.

Neste sentido, é a Bíblia um maravilhoso diálogo, um encontro da eternidade e do tempo, a renovar-se constantemente na circunstancialidade do modo.

Para lá de todo o maravilhoso, do figurativo, do simbolismo e do milagre, há uma actualidade que nunca envelhece. Os factos bíblicos são afinal as vicissitudes do nosso próprio destino.

Maria Luísa Guerra

N. B. — Para um estudo mais consciencioso dos problemas que aqui mal foram aflorados, problemas que devem ser conhecidos e resolvidos para uma compreensão séria dos textos sagrados, sobretudo do difícil problema das Origens, há que conhecer a Encíclica de Pio XIII «Divino Afflante Spiritu», uma Epístola da Comissão Bíblica ao Cardeal Suhard e um trecho da Encíclica «*Humani Generis*».

Trataremos a seguir, ao longo do ano, dos Livros dos Profetas.

«De verdade quando de um lado vemos essa turba inúmera de indigentes... ao lado desses tantos que gastam, loucamente, no prazer e em coisas inúteis, somas fabulosas. então não podemos deixar de confessar que nem todos observam honestamente a justiça, nem compreendem tão perfeitamente a caridade cristã que façam dela uso quotidiano de vida.» — Encícl. «*Divini Redemptoris*», Pio XI



Patriotismo e Universalismo

Quando se pretende projectar a acção da JUCF em dimensão universal, integrando-a nas perspectivas da orientação do Movimento Internacional de Estudantes Católicos «Pax Romana», nota-se que surge com frequência — explícita ou, ao menos, implicitamente — a dificuldade de muitos tomarem tal intenção como tendência para um «estrangeirismo» inoportuno, quando não até prejudicial. «Porquê — diz-se ou pensa-se algumas vezes — ocuparmo-nos e preocuparmo-nos com problemas de apostolado universitário em África, na Ásia, na América ou até mesmo no resto da Europa, se, no nosso próprio país, tais problemas devem exigir de nós uma presença operante e uma acção intensa em todos os momentos?»

Não são verdadeiramente *universitários católicos* os que pensam desta maneira simplista. Pelo menos, não compreendem o sentido nem vivem o conteúdo que encerra essa expressão com que costumam rotular a sua existência. Penso que, na base do grave equívoco apontado, existe uma confusão de conceitos que faz nascer no espírito um dilema falso e que, por isso mesmo, importa esclarecer desde já. É o que se pretende com as linhas que seguem.

* * *

Vem de muito longe no tempo o sentimento pátrio. Já na antiguidade grega e la-

tina, dentro dos quadros do paganismo, a pátria era a «terra dos pais» — o que lhe dava carácter sagrado, no culto dos antepassados, que assumia grande relevo nas suas concepções religiosas. Quase podemos considerar, assim, que o patriotismo era, para os antigos, uma forma de religião. Formada a sociedade civil a partir do agregado familiar, no culto dessa origem natural remota encontramos como que a raiz de uma quase identificação entre religião e política, que caracteriza o sentimento pátrio dos antigos.

À luz do cristianismo, tal sentimento enriqueceu-se com aspectos novos. Ao contrário do que pode pensar-se (atentando no mandamento da Caridade universal sem interpretá-lo em todo o seu conteúdo), a concepção cristã do universo e do homem não veio combater nem destruir a noção de patriotismo — antes veio dar-lhe o lugar que lhe compete na justa ordem dos valores humanos. «Amar o próximo como a nós mesmos», não esquecendo, antes de mais, o «próximo mais próximo» — é amar sem restrições aqueles que conosco partilham a mesma origem próxima, a mesma terra, a mesma língua, a mesma tradição, as mesmas limitações e as mesmas grandezas. Afinal, como diz Gustavo Corção num dos capítulos de «As fronteiras da técnica»: «O patriotismo... é um modo sem igual de simpatizar com dores passadas e de se alegrar com passadas alegrias». (Alegrar-se com os que es-

tão alegres... chorar com os que choram... não é este um preceito verdadeiramente cristão?).

Mas, para situar ainda mais claramente aqui a noção de patriotismo dos valores cristãos, parece-me oportuno transcrever ainda, e a propósito, mais algumas passagens do livro citado: «O patriotismo... é um sentimento raro hoje, de respeito pelos antepassados... Mas os nossos primeiros antepassados são pai e mãe. Não é, pois, fora de propósito dizer que o patriotismo começa pela reverência dos pais, esses elos vivos, esses nós entre dois mundos... Pátria deriva de pai. *Patriotismo deriva de uma lei natural que foi elevada à dignidade de mandamento divino: honrar pai e mãe...* Sendo o patriotismo uma virtude moral anexa da justiça e inscrita na esfera do 4.º mandamento, é óbvio, para os católicos, que não pode haver vida cristã perfeita onde faltar essa forma de piedade. Daí se segue que um católico não pode desinteressar-se da sorte do seu país, da sua história, dos seus destinos, e, principalmente, dos factos políticos, sem trair o preceito.»

Eis como se situa em perspectivas cristãs o sentimento pátrio. Mas — por isso mesmo que ele é uma forma de realização do mandamento da Caridade, que, contudo, não esgota plenamente — não pode tornar-se só por si absorvente, revestindo aspectos de exclusivismo, sob pena de negar-se a si próprio.

Com efeito, à sombra de um falso patriotismo nasce, muitas vezes, a emulação que conduz ao ódio entre as nações — porque cada uma teima em encerrar-se no comparatimento estanque das suas fronteiras tornadas impenetráveis, e julga poder bastar-se a si própria, não querendo reconhecer a existência nem a dignidade das outras nações. Dos efeitos desastrosos desta deformação do sentimento pátrio tem podido dar testemunho a História de todos os tempos. Ainda nos nossos dias, não raro se tem verificado a atitude paradoxal de certas unidades nacionais que — pretendendo manter-se hermeticamente fechadas a intercâmbios e in-

fluências exteriores, para poderem conservar na íntegra o que julgam ser o seu património exclusivo — não hesitam contudo em abrir-se a todas as violências para tentarem absorver outras unidades nacionais, que precisam de aniquilar para servir os seus próprios desígnios. Egoístamente, só lhes importa a própria integridade, sem verem que assim mesmo — e até por isso mesmo — estão a destruí-la, na medida em que, começando por não respeitar a integridade de outras pátrias, estão a fazer da sua própria pátria uma autêntica «manta de retalhos» anexados de origens diversas.

A isto chama Gustavo Corção «nacionalismo» — completa negação do verdadeiro sentimento pátrio. Como faz notar o mesmo autor, falta-lhe assim o que Chesterton chamava «senso de reciprocidade». «O nacionalismo — diz ainda Corção — opõe-se ao patriotismo como a superstição, que é um vício, se opõe à religião, que é uma virtude.» Tal vício reside fundamentalmente em não reconhecer que as fronteiras de uma nação — legítimas, sem dúvida, na medida em que definem uma comunidade humana com as suas próprias características de ordem cultural, histórica, linguística e geográfica — «... não podem ser barreiras morais que confirmam ao grupo assim definido o direito de procurar o bem próprio em detrimento da justiça».

Neste vício está bem patente a negação total da concepção cristã de patriotismo que começámos por ver. E, afinal, quantas vezes são os próprios cristãos os primeiros a não aceitar como normas de entendimento entre os povos os mesmos preceitos que professam como regras de vida para cada homem. Deste divórcio entre os princípios da ordem individual e os da ordem colectiva nos fala alguém que afirmara: «Para muitos cristãos, a evidência moral nas relações entre pessoas torna-se heresia perigosa nas relações entre povos; benevolência, bondade (e que dizer da humildade e da renúncia?) são outras tantas virtudes que as nações desejam aos seus adversários, mas que achariam crimi-



noso praticar... *Entre nações tudo se passa quase como se o Cristianismo não existisse*.

E assim é, de facto, precisamente porque anda esquecido de todos o conteúdo cristão do sentimento pátrio. Na doutrina da Igreja e na vida do cristão autêntico, os conceitos de patriotismo e universalismo — integrados numa perspectiva de Caridade universal — não se excluem nem se negam, antes se articulam e completam na realidade viva do Corpo Místico de Cristo. Deste modo, tal como unidade do mesmo Corpo Místico surge cimentada no mistério de Amor da Comunhão dos Santos, também a comunidade universal das nações se alimenta de harmonia que deve reinar entre todas elas, na medida em que, animadas de verdadeiro espírito cristão, cada uma esteja pronta a dar, para o bem comum, o seu contributo específico.

É precisamente através desse *contributo específico* para o bem comum que surge, na raiz profunda de um universalismo autêntico, o sentimento pátrio. Não se ignoram às unidades nacionais com as suas características próprias, que factores de ordem cultural, social, histórica e geográfica, acumulados ao longo dos séculos, tendem a imprimir-lhes fortemente condicionando, até certo ponto, a diferenciação do que podemos chamar *vocações nacionais*; antes se reconhece ser precisamente essa marcada diversidade natural que contribui para o enriquecimento do conjunto — desde que cada nação saiba e queira abrir-se à comunidade universal, permitindo que as suas próprias fronteiras, sempre respeitadas, se tornem permeáveis a um frutuoso intercâmbio de experiências nacionais, nos domínios mais diversos da actividade humana. É que, na realidade, como alguém afirmou já, «...todo o património de um povo se corrompe, quando lhe falta essa ventilação da universalidade moral».

Penso que deve ficar bem claramente definido aqui que se não pretende fazer resultar desse intercâmbio de experiências um processo de assimilação desordenada, que venha a empobrecer o património legíti-

timo dos valores próprios de cada nação, sacrificando-o a uma indiferenciação total do conjunto. Na realidade, o conceito «internacionalista», que pretende fazer da comunidade humana uma amálgama indiscriminada de povos, é uma deformação tão viciosa do universalismo autêntico, como o chamado nacionalismo é deformação viciosa do verdadeiro sentimento pátrio.

Por isso mesmo, o cristão — que como tal, respeita toda a ordem dos mais altos valores humanos, e sabe, pois, amar e venerar a sua pátria — não pode ser internacionalista. Mas deve ser universalista, sob pena de estar negando as suas mais fundas convicções cristãs. Porque, como cristão — distinguindo embora, antes de mais, o amor legítimo dos seus compatriotas — ele tem de projectar para além-fronteiras o seu Amor por *todos* os homens: todos os que com ele saíram do mesmo tronco comum nascido nas mãos do Criador, com ele foram resgatados na Cruz pelo Sangue do mesmo Salvador, com ele podem ser santificados pelos mesmos dons do Espírito e participar assim da vida da Graça na união do Corpo Místico, que é a mais perfeita comunidade de Amor, concretizada na Igreja universal.

Outro sentido não tem, aliás, a própria raiz etimológica da palavra «universalismo»: porque deriva de «universus» — *versus unum*, em ordem ao Uno. Ora esse Uno é Deus, primeiro princípio e fim último de toda a vida humana. Eis como só a ideia de Deus fundamenta e justifica um universalismo autêntico. Por isso alguém já afirmou que «não há universalismo sem Deus». Com a mesma razão, nós devemos afirmar que não há amor de Deus onde faltar a vivência perfeita do universalismo cristão.

* * *

Acabamos de ver como, dentro de uma concepção cristã da vida, a relação «patriotismo — universalismo» se não põe como um dilema. Viu-se que não são antagónicos os dois conceitos; não se excluem, antes se in-

terpenetram — completando-se, enriquecendo-se e até definindo-se mutuamente.

Resta mostrar, em poucas palavras, como se transporta para o plano do universitário católico aquilo que se põe como exigência fundamental para todo e qualquer cristão. Para isso, basta reparar no conteúdo da própria expressão *universitário católico*, porque, na verdade, cada um dos termos desta expressão surge a definir o seu carácter universalista: *universitário* implica exigência de sentido universal no domínio da Cultura; *católico* implica também exigência de sentido universal no domínio da Fé.

Movendo-se, pois, em torno destes dois polos que marcam as responsabilidades essenciais da sua vocação específica e as directrizes da sua acção apostólica — utilizadas já pelo Santo Padre em «presença no pensamento e serviço da Igreja» — é ao universitário católico que, antes de mais, cabe viver em dimensão universal as exigências da Cultura e as exigências da Fé. E assim,

«Pax Romana» surgiu precisamente para tornar possível ao universitário católico inserir-se numa estrutura supranacional, através da qual pudesse concretizar essa dupla exigência de universalidade que lhe compete realizar no mundo.

É, pois, na medida em que se insere cada vez mais profundamente nessa estrutura, procurando tornar *vivido* em cada dia, na sua própria existência, o ideal que se lhe oferece — é nessa medida que ele está a ser, cada vez mais e cada vez melhor, universitário católico. Cada vez mais e cada vez melhor está, pois, a corresponder às exigências da vida jucista. E, no nosso caso, melhores jucistas serão com certeza e em sentido autêntico, melhores portugueses também.

Longe de poder tomar aspectos de «estranheirismo», a articulação JUCF — Pax Romana afigura-se-nos, deste modo, amplamente justificada e sem dúvida esclarecida à sua verdadeira luz.

Maria Celeste Vaz de Sousa

Fundação Cuidar o Futuro

«Os pequenos, os fracos e os inadaptados deste mundo existem para lembrar ao homem a misericórdia eterna. Representam a insuficiência do homem terrestre, pela forma mais doce e corrente, sendo a mais dura e dolorosa a da culpa e do pecado. Por isso os fracos e os pequenos deste mundo não só possuem o reino dos céus, como ensinam as palavras do Evangelho, mas são também os seus anunciadores, aqueles que preparam o caminho para ele.» — «Die Ewige Frau» — Gertrude von Le Fort



Gertrude von Le Fort

Perante o pensamento cristão o Ocidente moderno apresenta-se dividido entre uma maioria tendente a ser cada vez mais dominada pelo materialismo, e uma minoria que procura opor-se ao movimento geral através da preservação dos valores espirituais que conferem ao homem a dignidade que lhe é própria.

Porque é o homem, a pessoa humana considerada no seu valor eterno, que é ameaçado na crise de hoje. O espírito de destruição incarna-se na forma generalizada do paganismo moderno, o qual, privando o ser humano dos valores tradicionais do cristianismo, o degrada e reduz a «instrumento cego duma ânsia demoníaca de poder e de força» (G. Dawson).

São abolidos os princípios reconhecidos universalmente como válidos — a lei natural, pela qual o homem participa da lei eterna, e tem por isso a capacidade de discernir fundamentalmente o Bem do Mal, é substituída nos tempos modernos por uma lei nova, baseada no desejo do poder e do gozo temporal, na qual se apaga o significado daqueles conceitos morais.

Ao negar a existência duma ordem espiritualmente superior, reconhecida tradicionalmente, desde a vinda de Cristo, o homem passa a ser guiado, em exclusivo, por forças irracionais, que imperam num mundo sem moral nem religião.

No momento presente perde-se a noção real do valor do homem, que ora é divini-

zado ora é abaixado ao nível da matéria. Numa atitude simultaneamente anti-humana e anti-cristã, o homem é arrastado em ondas de irracionalismo ou, então, colocado na situação oposta, como capaz de poder atingir a salvação por si próprio, pelo culto extremo da razão, independentemente duma intervenção divina.

É precisamente à perda dos valores do cristianismo que se atribui a causa primordial da decadência da cultura do Ocidente.

É impossível separar cultura de religião, no pensamento dos autores cristãos. E, segundo as encíclicas papais, a cultura europeia não é ou deixa de ser; cessa, quando privada do fundamento religioso. A alma da cultura ocidental é o cristianismo, e o movimento de secularização para que tem tendido nos últimos tempos é contrário à sua essência.

Com o abandono do Cristianismo desaparecem os laços que unem os homens uns aos outros, que fazem um todo estruturado da sociedade e levam os estados a seguir a ordem natural. Com o abandono do Cristianismo, a moral é privada dos fundamentos religiosos e metafísicos, e é aviltada — ao ser subordinada a fins inferiores, inverte-se toda a sua escala de valores.

A minoria, que se esforça por combater a crise actual, procura conseguir a reabilitação universal da lei da Natureza, e a renovação do significado do valor da pessoa,

considerando-a à luz do mistério da Encarnação.

E, assim, se tenta a criação dum novo humanismo cristão — a formação duma nova imagem do homem, que sendo pessoa individual com responsabilidades espirituais, capaz de pensar por si próprio, e possuindo liberdade de acção, tem simultaneamente a consciência da sua participação na grande comunidade do género humano e da Igreja.

Entre os leigos alemães que concorrem para a formação dum novo humanismo cristão conta-se o nome de Gertrud von le Fort, numa posição cheia de significado dentro do mundo literário católico contemporâneo.

Pertence à corrente dos pensadores cristãos para quem a crise actual assume um carácter religioso, surgindo como um dos apocalipses menores que, segundo S. João, precedem o Apocalipse Final. Estes sintomas apocalípticos da cultura ocidental têm origem, fundamentalmente, segundo G. von le Fort, — no desvirtuamento da mulher — que se recusa a viver o significado metafísico que se reflecte de Maria, a Mulher Eterna, a cuja luz se deve contemplar o mistério feminino.

«Fiat mihi» é a resposta de Maria ao anjo anunciador. E é o símbolo da cooperação voluntária do género humano com a acção divina.

Através do «Fiat» que Maria pronuncia, realiza-se a entrada de Deus no género humano.

Através de Maria, o feminino torna-se no elemento essencialmente religioso da terra, o elo, a âncora que prende o homem à divindade.

E através do feminino o homo viator encontra o caminho que leva a Deus:

«No caminho vertiginoso entre céu e inferno em que erra a humanidade de hoje, esta tem necessidade do mesmo guia a que Dante se confiou para a mesma viagem perigosa.

Guiado pelo poeta missionário a huma-

nidade pode descobrir os abismos do ser e os graus da sua purificação, mas o caminho do Paraíso não se revela senão indo ao encontro da mulher apaixonada, cujo olhar repousa em Deus.»

Toda a mulher na terra tem a missão de Beatriz — guia seguro no meio dos abismos, de olhar sempre pousado em Deus...

E a decadência? É pois, causada pela mulher que não vive à altura do mistério — que se recusa aos votos de obediência, humildade e dádiva total de si mesma, encerrados no «Fiat mihi» da Virgem, e que fazem dela o instrumento dócil de Deus — humilde ancilla Domini que vive em apagada submissão...

Ao repudiar o «Fiat», ao romper o véu do mistério que lhe vem da Virgem e a envolve em doçura, piedade e silêncio, a mulher perde-se, e causa o desequilíbrio do universo:

A crise da nossa época masculinizada, pensa G. von le Fort, nasce da mulher que procura a sua vantagem pessoal, apagando com isso o reflexo da Mulher Eterna, pecando contra a sua essência religiosa e adquirindo um carácter demoníaco.

O apocalipse moderno é marcado por um fundamento ignóbil, por um apagamento sem grandeza — e, igualmente, a mulher deste apocalipse é, não a grande pecadora de Babilónia, mas sim «a mulher medíocre de todos os dias, fora da ordem divina, que deixa de existir como testemunho do seu símbolo eterno»...

É assim que o problema da crise actual surge no pensamento de G. von le Fort.

Mas a sua obra é essencialmente de carácter construtivo — aparte a decadência, para indicar o caminho de regresso às leis eternas. E se considera a mulher como principal responsável da queda, também a apresenta como igualmente capaz da tarefa do ressurgimento:

«Quando uma mulher é sã, ela salva todo um povo» diz G. von le Fort. E acrescenta: «Quanto mais mulher, tanto mais santa».



Impõe-se que a mulher realize a missão que lhe é atribuída na sua qualidade de elemento específico de submissão na terra, de cooperação da criatura.

Para que ela complete o homem religiosa, física e intelectualmente; para que fecunde a obra do companheiro pelo «mysterium caritatis», para que restabeleça a harmonia perdida é necessário viver o significado do seu mistério metafísico.

Em traços largos, é este o esquema essencial do tema da mulher, tal como surge na obra de G. von le Fort, intimamente ligado ao problema que a preocupa como ponto de partida, por assim dizer, da decadência da cultura do Ocidente.

Mas os esforços para a fundação duma nova república cristã, que dará nova vida a um mundo que se afunda não podem partir só do campo do feminino — são tarefa de todo o género humano. E assim, ao pé de obras, em que o tema da mulher é tratado mais directamente, como «Die Ewige Frau», a obra principal de carácter filosófico de G. von le Fort, surgem outras preconizando um apostolado activo, uma apro-

ximação consciente do cristão para junto do seu irmão ateu, um contacto profundo do mundo da luz com o mundo dos que não crêem. Numa época de crise, diz G. von le Fort, impõe-se medidas directas...

E, aliada a um apostolado mais activo do que nunca, só a aceitação voluntária do sofrimento — baseada na doutrina do Corpo Místico, é preconizada a aceitação do sofrimento que nos é imposto, e mais do que isso, a procura do sofrimento, inspirada pela obra de Cristo, que leva o cristão a tomar sobre os próprios ombros a cruz do seu irmão, numa repetição do sacrificio do próprio Cristo...

Exceptuando um ou dois pontos em que a posição de G. von le Fort se torna discutível, levada talvez demasiado longe, pelo seu zelo de apostolado, toda a obra vale como intérprete fiel e genuína da voz da Igreja para além dos seus méritos incontestáveis de poetisa e novelista histórica. G. von le Fort impressiona sobretudo pela pureza teológica e pelo carácter místico da sua criação literária.

Lia Noémia Correia

Fundação Cuidar o Futuro

«Não se pode vencer o homem moderno através dum Cristianismo que é apenas formalmente praticado. A primavera significa não só florescência, mas também tempestade e chuva. É preciso arriscarmos golpes profundos às últimas essências, e sofrer-lhes as consequências. As decisões salvadoras são sempre as feitas de sacrificio...» — Gertrude von Le Fort



Página de Antologia

«Era uma suave manhã de primavera. À nossa volta, as ruínas grandes e imponentes jaziam, brancas e imóveis, como que curvadas pela doçura da luz nascente. Havia uma sensação singular de libertação e de fuga, nestas pedras pesadas e enormes. Havia nelas como que um alheamento, como que um afundar-se glorioso — surgiam como refúgio de todas as lutas de todo o passado, de todo o devir... E na linha em que os contornos prateados tocavam o céu, sentia-se algo de comovente, frágil e ténue. Não se podia imaginar que as três colunas do templo de Castor tinham saído de mãos humanas e estavam submetidas à efemeridade humana, — mergulhadas e como que iluminadas na beleza intemporal da sua própria perfeição, elas erguiam-se dos escombros do seu destino imerso, gloriosas na vastidão do éter, do mundo, e do tempo!»

Fundação Cuidar o Futuro

«... És chama constante sobre cinzas em turbilhão!

... Regressas coroada do deserto, e das asas da noite egressas como que iluminada. Regressas do abismo rodeante de vida, e do silêncio eterno, como se tivesses sido escutada....

... Perante ti murcham reis e empalidecem exércitos, porque todos eles têm o vento por irmão; os teus irmãos, porém, são rochedos! És como rochedo que avança para a eternidade, mas a geração dos meus dias é como areia que cai no nada!...

Sou um rebento de caule sem raízes, mas a tua sombra paira sobre mim como a sombra duma floresta!

O teu nome soa-me como o nome de uma estrela. Não há, na margem do meu olhar, visão que se te compare: És como coluna em flor, entre escombros sem vida, és como taça nobre, entre meios pedaços fragmentados!»

Gertrude von Le Fort

NO MUNDO DO CINEMA

LE CINEMA... CETTE USINE A RÊVES — EHRENBURG

É-nos difícil já rever os anos de liceu; é difícil sobretudo revê-los criticamente, valorativamente; saber o que neles nos marcou de maneira decisiva... Poderemos ainda lembrar datas ou fases *importantes* (ou que pelo menos nos pareceram importantes) mas o peso daquelas coisas quotidianas, dia-a-dia insensíveis; quem saberá avaliar as suas marcas neste ser universitário pronto a negar o passado, habituado a convencer-se de que nada traz do *outro*, que nada interessam já esses anos de educação *perdida*, «anos de que estamos já livres».

Quem poderá saber então quais as cicatrizes e a sua profundidade deixadas nesse ser abandonado meia dúzia de anos naquelas matinées roubadas às aulas ou logo logo a seguir, neste tempo sem lei de cinema para menores (seria diferente se a houvesse?) em que *sabíamos* instintivamente quantas balas restavam no coldre do Gary Cooper, e a «felicidade» que havia nos cabelos escorridos, luminosos da Verónica Lake de cabeça tombada... Nessas horas o mundo inteiro ficava desvendado num rectângulo — o mesmo rectângulo que nos nossos olhos ávidos estampava a imagem de um erotismo velado em luzes ou doces desejos de uma felicidade de telefones brancos... Mas esse mundo nunca teve relação com a nossa vida exterior, de estudantes, de companheiros... Era um mundo às escuras dividido do outro pelas portas opacas da plateia — ou do 2.º balcão — e a sua presença na nossa vida, se existia,

para além da sala-escura, era subterrânea e não podíamos ter uma clara consciência dela.

Nem nunca falávamos *dessas horas* a ninguém que não fosse aos amigos no recreio. Para a família era uma coisa a que se ia talvez ao sábado à noite ou à matinée de domingo, para os professores, eram horas sem interesse de que seria ridículo falar. Aliás, que relação tinha o que eles diziam com a nossa vida de todos os dias, os nossos interesses nascentes, talvez um dia a nossa consciência perturbada?

Hoje, já toda a gente fala de «cinema e juventude», «cinema e educação»... Qualquer coisa teria mudado que nos tenta a ter esperanças: hoje, para os jovens de agora, o choque talvez vá ser diferente, mais fácil... Mas creio que mais uma vez nos enganamos.

Uma inegável boa vontade anima muitos educadores mas, ao proporem soluções para o problema, invariavelmente se ressentem de um deficiente estudo dos seus dados. Um largo sector, justamente preocupado com o lado moral da produção cinematográfica, não vê outro caminho que não seja uma forte restrição da frequência dos jovens aos espectáculos cinematográficos e a organização de sessões especiais moralmente adequadas. Noutro grupo, adivinhando as possibilidades pedagógicas do «écran», advogam a produção de filmes didácticos pensando que o filme adequado à juventude é aquele em que a expressão cinematográfica é apenas veí-

culo de conhecimentos que complete a sua formação livresca.

Finalmente, um terceiro sector mais numeroso porque constituído por pessoas que nunca *viram* seriamente cinema, sustenta que essa invenção do século é um *espectáculo menor* que se frequenta por necessidade de divertimento exigindo portanto que o jovem o use o menos possível e o Estado o controle nos seus aspectos morais mais agressivos. Uma destas três posições, ou as três simultaneamente, está em geral na base das concepções dos nossos educadores e qualquer delas está ligada a um «desfazamento» entre uma geração para quem o cinema pouco significou e uma juventude a quem o cinema seduz e ao cinema sabe que deve valores e anti-valores da sua formação. Esses educadores não poderão negar que a sua posição é essencialmente defensiva admitindo já, antes ainda da batalha empreendida, que a sedução da «máquina» que pretendem suster é mais forte (e quem sabe se apesar de tudo mais positiva!) que os meios débeis que têm para a combater...

De facto, o coração do problema não é atingido: trata-se do interesse de uma juventude que se não resolve numa educação envelhecida, contaminada de idealismo, pobre de centros vitais, por um mundo que alternando o truque e a verdade, a evasão e a realidade crua, lhe desperta o sentido de uma grande aventura. Aventura que comporta os mais baixos instintos, os mais falsos mitos, mas também um mergulho numa realidade de riquezas e solicitações antes insuspeitadas, uma experiência de liberdade no conhecimento dum mundo sem barreiras geográficas, históricas ou humanas: num caso e noutro, a paixão da juventude pelo cinema responde a uma incontrolada necessidade do ser adolescente, tornando-se uma acusação que entra no processo da educação estreita e formalista que desconhece a natureza da sua adolescência.

... É altura de exigir de nós um conhecimento concreto e objectivo, isento de ideias feitas, sobre esse mundo complexo onde mi-

lhares de jovens vão alimentar seus sonhos e preocupações... como já nós o fizemos nesses anos... se o não fazemos ainda!

* * *

Após cinquenta anos de evolução o cinema constitui uma das mais vastas indústrias mundiais. Ao reflectir sobre o nível da produção cinematográfica, ao menos na parte do mundo chamada de ocidental, temos de ter em conta as bases de uma indústria em economia capitalista, o complexo de relações entre o capital (a produção) e o consumidor (o público). De facto, o cinema não se apresenta como espectáculo de uma classe, ou de um povo, mas dirigindo-se indistintamente a todas as camadas sociais, de todos os países, aglutinando indivíduos de todas as idades. Indistintamente: uma sociedade dividida recebe os mesmos filmes¹, aplaude-os ou regeita-os na mesma ocasião. Um público que ascende a três quartas partes da população das quais uma parte acusa uma frequência superior a uma vez por semana, forma dentro das salas uma homogeneidade ao menos aparente e num aspecto geográfico como no aspecto social. No entanto, se considerarmos a curva de frequência em relação às idades, as estatísticas estrangeiras (à falta de elementos nossos) dão-nos um precioso índice: assim, nos E. U. verifica-se que 41 % dos espectadores se localizam entre os 15 e 24 anos e que os indivíduos de idade inferior a 35 anos constituem 75 % do total da frequência! Confrontando com elementos doutros países, poderemos localizar a importância do público jovem numa lei de frequência: a população cinematográfica *revela-se fortemente crescente até aos 20 anos, estacionária dos 20 aos 25, decrescendo sensivelmente até aos 35 e acentuadamente daí em diante.*

¹ Rigorosamente, os produtores consideram um mercado mais evoluído e um mercado B de cinemas de 2.^a ordem ou da província capazes de aceitar uma produção mais barata e menos cuidada...



Esta conclusão é de capital importância para o estudo que nos ocupa pois, a verificar-se, parece poder deduzir-se que a produção cinematográfica, onde os jovens ocupam um lugar predominante, é calculada para um público considerado no seu todo de mentalidade adolescente senão infantil, ou pelo menos, capaz de reagir como tal, quanto lhe fossem ministrados certos estimulantes. Para o produtor, o jovem é um comprador de bilhetes tal como os outros que ele sabe que se comporta, no fundo, como qualquer outro espectador, isto é, aceitando activa ou passivamente o mundo que lhe é imposto.

É agora o lugar de considerar as características desse mundo e, antes de ver o funcionamento da máquina, observar as condições físicas, fisiológicas e psicológicas em que o espectador é colocado, face ao écran: usando as palavras exactas da filmologia, as condições *filmofânicas* (inerentes à projecção do filme) e *espectatoriais* (subjectividade do espectador) ².

Ao entrar numa sala de espectáculos vindo do mundo exterior todo um conjunto de factores se concentra sobre o espectador para o isolar e o atirar para o que lhe vai surgir no écran: tração do hall de entrada, corredores, apagar gradual das luzes, comodidade relativa, elevação da cabeça, concentração da atenção espectante, desaparecimento da consciência do mundo exterior e mesmo do mundo da sala escura: as pessoas do lado, o próprio espectador perdem na sombra a sua presença física. «Sendo na realidade ilusórias, são as próprias imagens do écran (curioso paradoxo) as únicas que nos aparecem suficientemente carregadas de autenticidade» ³. Este fenómeno é ainda acentuado pela lumi-

² O estudo científico dos problemas do universo filmico deve-se ao aparecimento da Filmologia, sobretudo através dos trabalhos de Cohen-Séat-Etienne Souriau, H. Agel, etc. e da organização de inquéritos pelo Institut de Hans Études Cinématographiques e outros centros de estudo. A Filmologia encontra em Portugal um investigador notável: F. Gonçalves-Lavrador.

³ Henri Agel in *L'Univers filmique* (obra colectiva), Flammarion, Paris.

nosidade que exalta o rectângulo da tela, pela arquitectura das salas que tende a concentrar as linhas de composição, e ainda pelo carácter de fenómeno colectivo que auxilia uma perda de autonomia em face das imagens. Mas o fenómeno é mais complexo: autoriza-nos a falar de sortilégio e a procurar as suas características na própria projecção (filmofania). Com efeito ela oferece-nos «uma amplificação agradável e fascinante das diversas sensações. Tudo sobre o écran é visto, recebido, com mais intensidade. Há qualquer coisa de mágico nesta *surrealidade* ⁴. Contribui para isso por um lado a *materialidade* com que a câmara consegue captar os objectos, por outro o seu tratamento pela iluminação artificial; a possibilidade de amplificação dos objectos ou dos personagens numa escala irreal, com uma persuasão mais violenta que a da própria realidade; a duração às vezes interminável (meio-minuto... um minuto...) dos planos pode juntar-se às características precedentes, dando um poder de convicção que ultrapassa e faz desaparecer, muitas vezes, a própria má qualidade dos actores; finalmente, a sucessão das imagens num ritmo muito superior ao da realidade que arrasta na sua corrida o nosso espírito. Se juntarmos agora que o espectador vai para uma sessão em condições de receptividade óptimas, quer dizer, desprovido de preconceitos e vontade crítica, movido duma curiosidade dócil, quase infantil, como fez notar Séat, poder-se-á perceber como o comum das pessoas (incluindo mesmo mentalidades nossos aspectos mais evoluídas!) aceita a grosseira mercadoria que semanalmente lhe é ministrada quase justificando a acusação global que os «espíritos superiores» fazem ao cinema de fomentar a passividade mais gregária e mais dissolvente...

No entanto, observando mais de perto mesmo o espectador menos evoluído, poderemos verificar que a sua atitude em face das imagens não é de passividade. De facto,

⁴ Obr. cit.

o filme não é contínuo, mas constituído de fragmentos, de alusões, de frases inacabadas, exigindo um esforço mínimo de reconstituição e mesmo de uma primeira interpretação. É conhecida, por exemplo, a dificuldade com que pessoas pouco habituadas ao cinema acompanham a agilidade com que em muitos filmes a acção atravessa várias épocas, volta ao passado, etc., o que revela uma correspondente dificuldade na leitura e interpretação do que é revelado nas imagens. Pelo contrário, o público normal realiza esse trabalho num clima de hábito sendo no seio dessa habitação que se situa a dialéctica actividade — actividade de cada espectador.

Dando-se uma falta de estímulos à actividade, e baseando-se a produção normal na repetição dos mesmos processos, o espectador *actual* tende a ficar numa atitude passiva, opondo uma pesada inércia mental às evoluções de linguagem que exijam dele um esforço inabalável de leitura. Ao longo destas características nós podemos sempre notar que, se podiam dar ao mundo filmínico um extraordinário poder de comunicação, são também capazes de se revelar:

1.º — perigosamente contraproducentes por facilitarem a assimilação de filmes de nível inferior.

2.º um obstáculo à aceitação de obras de autêntico nível cultural *enquanto a produção normal* for comandada pelos mais baixos e inconfessáveis interesses (em virtude do fenómeno da habitação).

No espectador que nos interessa — o adolescente — estas duas conclusões de ordem psicológica atingem muito maior gravidade: se se verifica a 1.ª, ela volta-se contra a própria ânsia natural de conhecer provocando uma estabilização na mediocridade, cortando virtualidades noutros domínios da sua natureza, megulhando-o num torpor psíquico de profundas repercussões na educação. A dar-se a 2.ª consequência, ele está a ser gradualmente *incapacitado* de se abrir para um mundo cultural necessário à sua

formação humanista: o das verdadeiras criações cinematográficas.

É nesta perspectiva que importa agora considerar, embora de forma muito geral, as grandes linhas directoras do mundo do cinema ocidental. E, neste plano, a primeira e mais importante característica é que se trata de uma produção industrial, submetida a todas as leis, impostos e condicionamentos de qualquer outra mercadoria⁵. A produção normal não considera, de facto, qualquer valor cultural no cinema; pelo contrário, na «selva» (como os cineastas americanos chamam ao meio de Hollywood...) a liberdade de criação artística é absolutamente esmagada, excepto quando *coincide* com os interesses do capital. Um filme é normalmente estudado e doseado para agradar ao máximo de espectadores (cuja extensão cultural e geográfica ficou apontada): todo o trabalho de criação é comercializado desde o argumento às cópias para exibição⁶. A partir daí o *problema essencial para os produtores é o de determinar com um rigor matemático os gostos e as necessidades do público.*

(...)
Um único critério é adoptado pelos financeiros do cinema: *é o de que há em todas as camadas sociais certos elementos de infantilismo ou pré-históricos que aspiram mais ou menos conscientemente a ser satisfeitos: erotismo, idolatria, gosto pela violência, sado-masquismo, sentimentalismo grosseiro, desejo de evasão* e que a aceitação destes «climas» é favorecida pelas próprias condições do espectáculo, atrás apontadas.

Sobretudo na Europa e, recentemente, mesmo nos Estados Unidos onde a produção tem maior carácter monopolístico, tem-se tentado a produção independente, mui-

⁵ O mecanismo é, no entanto muito mais complexo. Cf. Jean Quéval in *Regards Neufs su le Cinema.*

⁶ Peter Bachlin, *Histoire Economique du Cinema.*

⁷ Henri Agel, *Le Cinema*, pág. 14-15. Casterman, Paris, obra que seguimos de perto neste capítulo.



tas vezes dos próprios autores dos filmes. No entanto, enquanto os Estados não reconhecerem para o cinema a necessidade de uma política cultural⁸, esses esforços independentes serão fatalmente uma minoria que o grande público, por deformado, nem sempre *pode* apoiar ou sequer aperceber-se, e de duração intermitente. Outras vezes, tal como sucedeu ao regime de produção dos filmes italianos do após-guerra ou actualmente com o caso Stanley Kramer, são impotentes para manter a independência inicial, tendendo para uma perigosa degenerescência.

É no quadro deste mecanismo económico que se pode, assim, explicar o nível e o significado da produção actual. Porque não basta reconhecermos que $\frac{2}{3}$, pelo menos, dos filmes exibidos são «sem classificação possível» — importa desvendar os seus desígnios ocultos, a *lição* que veladamente essa produção espalha.

O filme comercial baseando-se no cálculo de segurança na sua aceitação pelo mais vasto público, teria de encontrar determinados filões que se dirigem a desejos mais ou menos revelados da grande massa das populações modernas.

O primeiro a ser descoberto e explorado foi a particular sedução que teriam determinadas personagens, dadas as condições psicológicas do espectáculo. Assim, foi possível fazer transbordar do écran certos actores e actrizes deslocando para eles o instinto colectivo de adoração, provocando «um culto mórbido dos artistas que se estende aos pormenores da sua vida privada!» Assim foi criado o *mito da vedeta* que Malraux define como «uma pessoa com um mínimo de talento dramático cuja figura exprime, simboliza, encarna um instinto colectivo».

Não se trata aqui de actrizes como uma Magnani capazes de simbolizar no seu gé-

nio a angústia de uma época (a que Agel chama «monstros sagrados») mas de uma série enorme de actrizes e actores aos quais «não é pedido um efeito artístico mas pura e simplesmente que se mostrem — reconhecida a eficácia do seu potencial erótico sobre a maioria dos espectadores ou espectadoras» (respectivamente).

Mas às vedetas não bastam: a habituação e a inércia do espectador pedem aos filmes que se fixem em certos géneros ou tipos que se vão revelando de êxito garantido. Com a continuação, eles ir-se-ão paralisando em torno de alguns desejos colectivos primários: amor-sexo, violência-patologia, evasão da vida real. Creio ser aqui inútil caracterizar cada um dos grupos. Conforme as épocas eles passam por sucessivas formas — do cor-de-rosa à pornografia — do crime ao sado-masiquismo — mas a evasão persiste como acompanhamento constante: *evasão para o passado* (esses adorados filmes históricos!), a *evasão para a aventura* (os continentes fabulosos: África, Ásia, América do Sul...) *evasão para o cómico* mais standardizado (que finalmente fez desaparecer uma riquíssima tradição de burlesco e sátira que veio de Chaplin aos irmãos Marx, substituindo-a pelas histórias idiotas de Bob Hopes ou Fernandéis); *evasão social*, finalmente, que está na base de filmes que apresentam dos vários meios sociais imagens estereotipadas ou tendenciosamente falsas (esse mundo de milionários, piscinas, paquetes de luxo e orquestras famosas onde fabulosamente tudo acaba bem...). Desta persistência de determinados *filões* são de sobejo significativos títulos como⁹: *La blonde de mes rêves*, *La Blonde incendiaire*, *Ma vie est une chanson*, *L'amour vient en dansant*, *Les amantes en fuite*, *La grande évasion*, *La vie est un jeu*, *La vie est un rêve...* ou o número de títulos onde aparecem certas pa-

⁸ Nalguns casos os estados têm intervindo na produção, mas quase sempre com velados interesses económicos ou propagandísticos.

⁹ Cito os títulos em francês por utilizar os curiosos dados recolhidos por J. Chevalier em 5 anos de observação dos programas; cf. *Regards...* pág. 181, segs.

lavras típicas: Mulher, rapariga (94); amante, amor (59); assassinio, crime (51); morte (17); aventura (26);, etc. etc... ou títulos identificando o espectador com o protagonista, do tipo: EU sou um criminoso, etc. (50)!

Mas todo este mundo não se limita às salas de espectáculos: ele é alimentado pela cumplicidade de uma imprensa divulgadíssima, que se dirige *principalmente* ao público jovem, calculada para desenvolver o mito da vedeta, a noção da vida fabulosa dos estúdios (sobretudo de Hollywood) e a propaganda dos *géneros* habituais fazendo ressaltar os actores e a sua vida, o custo da vida, as fotografias mais sugestivas, etc.

No aspecto que aqui nos interessa a supressão desta imprensa é absolutamente urgente (a sua influência na provocação erótica, na divulgação duma noção falsa da vida, na massificação dos espíritos jovens não necessita de mais demonstrações) ¹⁰.

A influência de todo este mundo no espírito do ou da adolescente podem agora calcular-se. Quando alguns educadores pensam no problema moral do cinema (e é o drama de uma censura) não estão a encarar senão alguns aspectos mais formais ou gritantes da questão: o problema de base subsiste: sob pena de toda essa acção ser estéril, é um mundo, uma mitologia, um clima social e moral que é urgente atacar. Citando um psiquiatra francês, poder-se-á afirmar que são menos temíveis para a imaginação juvenil a metralhadora ou os estrangulamentos que esse universo cinematográfico cujas estrelas são *stars*, onde uma pintura social de tipo fabuloso escamoteia as aparências da realidade, onde as situações, os sentimentos e os personagens mais inverosímeis

¹⁰ Bastará folhear um qualquer exemplar de publicações como «Estúdio», «Plateia», «Colecção Cinema», «Cine-Romance» ou certas páginas de espectáculos de outras publicações periódicas: as intenções são evidentes.

e mais artificiais aparecem reavivados e confirmados pelas vidas e pelo êxito, absurdos mas aureolados de fama, das grandes vedetas. O e a adolescente, ao penetrar no cinema são, de facto, ainda menos capazes de distinguir da realidade. Sonho e real surgirão amalgamados na sua perspectiva. Esse universo falseado e monstruoso que periodicamente habita indefeso *falseará irreparavelmente a sua frescura e a sua visão do mundo* ¹¹.

* * *

Mas se este é o mundo do cinema, onde está o «privilegiado meio de expressão da nossa época», «veículo da cultura contemporânea», «poderoso factor na democratização e universalização da cultura», que os intelectuais, estetas, cineastas apregoam?

O vício no raciocínio dos opositores ao cinema ou dos dirigentes que procuram justificar a sua negligência neste campo está em *confundir as condições actuais e normais do espectáculo com a verdadeira densidade, a essência, do universo fílmico*. Só o estudo das reais dimensões deste universo nos poderá dar as bases de uma educação cinematográfica, condição essencial para a resolução do choque do espírito adolescente com o écran.

NUNO PORTAS

(Continua)

- A segunda parte deste estudo trata:
- Estrutura do universo fílmico;
 - Bases de uma educação sistemática da juventude;
 - Integração do humanismo cinematográfico na educação secundária;
 - Experiências estrangeiras e bibliografia sumária para uso dos educadores.

¹¹ Nuno Peres citava num recente encontro uma frase ouvida num «eléctrico» a uma adolescente do meio operário: «As americanas são tão bonitas!»... que revela bem todo esse mundo falso dos mitos...

“JOANA D'ARC” — de J. Anouilh

Numa preocupação louvável de dar ao nosso público a oportunidade de conhecer os grandes nomes da dramaturgia contemporânea, duas empresas teatrais de Lisboa trouxeram para os palcos portugueses Graham Green e Lorca na última temporada, Jean Anouilh, agora, enquanto outros se anunciam já.

A intenção é boa, e a correspondência do público economicamente compensadora. Mas perguntamos: De entre os espectadores dos mais diversos níveis culturais que esgotam as lotações da sala (e referimo-nos, presentemente, à do Teatro Avenida), haverá 20 % capaz de entender, sem a deturpar, a mensagem dessa estranha Joana, condenada pelo tribunal de Rouen?

Permitimo-nos duvidar.

As gargalhadas extemporâneas a sublinham uma ou outra frase mais rude, uma ou outra atitude que se lhe afigurou apenas ridícula, indicam claramente a inutilidade, senão o inconveniente, de apresentar uma obra como «L'Alouette» («Joana d'Arc» na tradução portuguesa) a um público que, de iniciação teatral tem tido, apenas, a das revistas e comédias a traço grosso do Parque Mayer. Sem falarmos, é claro, nas inevitáveis deduções erradas a que a condenação de Joana deve ter levado os espíritos pouco cultos que identificam por sistema a Inquisição com o Catolicismo.

Mesmo de entre outro público — o de universitários a quem foram gratuitamente proporcionados alguns espectáculos — evidentemente mais apto, do ponto de vista intelectual, do que o público vulgar, não devem ter sido muitos os que filtraram a verdade da peça, separando-a dos resíduos menos aproveitáveis.

Temos ouvido exaltar sem restrições o desempenho. Mas a excelente interpretação teatral de uma personagem, se é muito como Arte, não é tudo para o espectador. E essa tem sido, de modo geral, a falha da Crítica que, entre nós, não vai muito além de uma apreciação de montagens, distribuição e desempenho, e deixa de lado o conteúdo ideológico das peças representadas.

«Joana d'Arc» não pretende ser uma biografia histórica; é, antes, um símbolo de Verdade e Pureza que resiste a todas as opressões, tema favorito do autor que já, em «Antigone», o glosara.

Chamemos-lhe, em lugar de Joana, Vocação e tudo se simplificará: Joana fiel «às vozes», Joana lutando contra a autoridade injusta do pai, Joana debatendo-se contra o ideal burguês da mãe, Joana defendendo-se do vício incarnado em Roberto de Baudricourt, Joana vencedora da passividade cômoda dos mediocres, galvanizando-os, apostolizando um rei corrompido e apático, Joana morrendo, ainda, por fidelidade.

Mas esta mesma Joana que, repele com desprezo qualquer possibilidade remota de integração numa vida fácil e tranquila, porque não quer trair a verdade da sua vocação, é a mesma que manifesta desconcertantes concepções do Homem e da Vida:

Justifica a guerra; a oração é encarada como um acréscimo da acção que essa, tem o primeiro lugar na vida do homem. Este, por sua vez, foi criado «para o paradoxo do Bem e do Mal»; é Deus quem assim o quem, e por isso o aceita com toda a sua boçalidade animal e todo o seu potencial de santidade. Perante semelhante filosofia do humano, compreende-se

que Joana contraponha, exaltando-o, o rude La Hire ao intelectualismo dos seus juizes, minados pelo moralismo farisaico e pelas sutilezas da dialéctica. La Hire é o Homem, vicioso e leal, bronco e alegre, brigão e bom, mas verdadeiro, linear, autêntico, em sua dualidade: «um pobre de espírito», um eleito que possuirá o Reino dos Céus, resume ela, em mais uma das suas heterodoxas proposições.

Não é, porém, menos errada a concepção enunciada pelo Inquisidor: para este, o Homem, quer dizer, a natureza humana, é o grande inimigo, aquele que é preciso abater, esmagar até ao aniquilamento.

Onde ficará, então, lugar para o trabalho da Graça no conceito deste Jansenista prematuro? Torna-se, talvez, ocioso pretender justificar o Tribunal, até porque ele não representará o Verdadeiro Tribunal de Rouen. A sua defesa residiria, afinal, na falibilidade com que os homens contaminam as

instituições que neles se apoiam. No fundo, para obstar ao escândalo, o autor parece querer salvaguardar a posição da Igreja com a figura nobilíssima e humana do Irmão Ladvenu e com a atitude paternal de Cauchon.

Estes, os breves comentários que a ideologia, contida em «Joana d'Arc», nos suscitou.

Alguma coisa haveria, talvez, ainda a dizer da técnica teatral utilizada por Anouilh, da linguagem que, como o cenário, se despoja de todo o prestígio estilístico, e do remate desconcertante da peça que, desorientará por completo o respeitável e pacato espectador que sai do teatro com a impressão de que o autor se esteve divertindo à sua custa.

Terminaremos, porém, como principiámos: pondo em dúvida, se será, realmente, este, o caminho para fazer uma campanha cultural junto das camadas populares e burguesas.



A Adolescência e seus Problemas

Fundação Cuidar o Futuro

(Continuação da pág. 3)

Vida (amor, ódio, indiferença) urge, então, resolver-se.

Não esqueçamos que a adolescência é muitíssimo influenciável. E por vezes toda a vida dependerá da afeição má ou boa que encontra no seu caminho. Porque, para influenciar as adolescentes, é necessário, antes de mais, amá-las. Não duma forma pessoal e sensível (embora a influência a exercer deva ser individual), mas duma forma segura, estabilizada, firme num grande Amor às possibilidades de Vida que nela se contém.

Muito mais haveria a dizer... Se me for permitido, di-lo-ei um dia. Mas, por agora, eu penso em nós, Jucistas, na nossa missão tão formidavelmente feminina de educadoras. É uma tarefa ainda para ser bem compreendida. Mas recorde, também, uma página do Evangelho:

S. Marcos, Cap. IV, vers. 26-29

«Ele dizia: o Reino de Deus é como um homem que lança a semente à terra, e que enquanto Ele dorme e enquanto está de pé, noite e dia a semente germina e cresce, sem que ele o veja. De si mesma, a terra produz: primeiro, a erva; depois, a espiga; e, por último, o trigo graúdo na espiga...»

Creio bem que está, aqui, o que nos compete: lançar a semente e seguir (pelo nosso caminho interior), sem notar, talvez, que o grão se desenvolve lentamente e em breve é trigo. Lançar a semente, sem esperar a colheita, sem nos inquietarmos demasiado com o que irá surgir. Porque o Senhor Deus é quem a faz crescer.

M.ª Eugénia Ferreira

NOTÍCIAS DE TODO O MUNDO

PAX ROMANA informa que...

... se prepara para o ano de 1957, um encontro regional das Federações Africanas, nos moldes do Seminário Asiático realizado em Madrasta, o ano passado.

Reserva na tua oração um lugar especial para esta realização de Pax Romana de tamanha importância para os nossos irmãos de África.

... os projectos que a Assembleia Interfederal aprovou para o ano de trabalhos de 1955-56, incluem:

- a) a continuação da publicação «Buletin Iberoamericano de Información» para a América Latina;
- b) a designação de um assistente encarregado de estudar a situação dos estudantes estrangeiros na América do Norte;
- c) em colaboração com a M.I.C., um estudo compreensivo sobre a situação da universidade comunista, objecto do tema do próximo encontro em 1957;
- d) visita de membros do Secretariado Geral à África.

Não deixes de acompanhar através do jornal de Pax Romana e de outras publicações estas actividades.

... Há na Coreia cerca de 37.680 estudantes, dos quais 576 católicos.

... A N.C.K.C.S.A. (Confederação Nacional das Associações de Estudantes Católicos Coreanos) agrupa associações de estudantes com base paroquial, e estende-se às federações dos estudantes coreanos residentes no estrangeiro, nomeadamente no Japão e nos Estados Unidos.

Pensa neles...

... a Universidade de Hong Kong compreende 900 estudantes, dos quais 100 católicos. Um núcleo de 84 fundou em 1954 a H.K.U.C.S. (Sociedade Católica da Universidade de Hong Kong) e embora o Seminário Asiático se tenha realizado pouco depois da criação da Sociedade, esta enviou 4 delegados a Madrasta.

... a S.C.A. (Acção Católica dos Estudantes das Filipinas) é uma organização cujo número de membros atinge 70.000 jovens; metade deste número aproximadamente refere-se a estudantes universitários: É uma das dez organizações oficiais da Acção Católica Filipina e a sua responsabilidade estende-se sobre todo o domínio do ensino superior.

Exemplo magnífico, o destas três federações este verão filiadas na PAX. Principalmente para os países, como o nosso, tradicionalmente católicos.

... se realizará de 9 a 15 de Setembro em Haia, o VII Congresso Internacional de Médicos Católicos, subordinado ao tema «O Médico e o Direito», focando questões de grande interesse, tais como, seguro social, medicina industrial, investigação médica pré-matrimonial, o médico perante o tribunal, comunidades coactivas, exército, prisão, campos de trabalhos forçados e institutos correcionais.

... a «Capella Universitaria» da Universidade de Roma organizou um círculo de estudos, patrocinado pela FUCI e destinado aos estudantes de língua portuguesa e espanhola, residentes em Roma, com o fim de tratarem, por meio de conferências, colóquios, filmes, etc., assuntos de interesse comum.

... em 1956, terá lugar na Indonésia a Assembleia Geral anual do «World University Service» (WUS) — organização internacional, na qual Pax Romana está filiada.